

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**EMANNUELLE CARNEIRO DA SILVA**

**TRADIÇÕES DISCURSIVAS: PERMANÊNCIAS E  
MUDANÇAS DO GÊNERO INVENTÁRIO (1872 A 1999)**

**JOÃO PESSOA-PB**

**2008**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**EMANNUELLE CARNEIRO DA SILVA**

**TRADIÇÕES DISCURSIVAS: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS NO GÊNERO  
INVENTÁRIO (1872 A 1999)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal da Paraíba-PROLING, área de concentração Teoria e Análise Lingüística, com vistas à obtenção do grau de Mestre em Lingüística.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>.Dr.<sup>ª</sup> Maria Cristina de Assis

**JOÃO PESSOA-PB**

**2008**

S586t *Silva, Emannelle Carneiro da Silva.*  
*Tradições discursivas: permanências e*  
*mudanças no gênero inventário (1872 a 1999) /*  
*Emannelle Carneiro da Silva.- João Pessoa,*  
*2008.*

135p. : il.

*Orientadora: Maria Cristina de Assis*  
*Dissertação (Mestrado) –*  
*UFPB/CCHLA/PROLING*

*1. Linguística. 2. Tradições Discursivas. 3.*  
*Gênero inventário – análise. 4. História da língua.*

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**EMANNUELLE CARNEIRO DA SILVA**

**TRADIÇÕES DISCURSIVAS: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS NO GÊNERO  
INVENTÁRIO (1872 A 1999)**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina de Assis

Orientadora

---

Prof. Dr. Pedro Farias Francelino-DLCV

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Almeida-PROLING

Aos meus pais, por toda sua dedicação.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Jeová Deus, de infinita bondade, que me iluminou por toda minha vida.

À minha avó Zélia Carneiro da Silva (*in memoriam*), que despertou em mim o interesse pelo curso de Letras, do qual era admiradora.

Aos meus pais Zenilda Carneiro e José Gomes, pelo pleno apoio durante toda minha vida acadêmica.

À minha única irmã Evódia Estéphane, que me ajudou quando mais precisava.

À minhas tias Raquel e Benedita, pelos conselhos oportunos.

Ao meu noivo Jander, que foi de pleno auxílio e compreensão.

Às minhas queridas amigas Divalnise Emanuelle e Carlene, que sempre estiveram ao meu lado.

Aos amigos do curso que dividiram comigo a longa jornada do mestrado.

Enfim, a todas as pessoas, parentes e amigos que colaboraram, de forma direta ou não, para a realização deste trabalho.

## **AGRADECIMENTO ESPECIAL**

À minha orientadora

**Prof.<sup>a</sup>.Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina de Assis**

Pela exigência, intensamente positiva, pelo comprometimento dedicação e responsabilidade para com os orientandos. Ela é sem dúvida , a grande responsável pelo nosso crescimento cultural, social e, principalmente, pessoal. Particularmente, se não fosse seu estímulo, eu não teria chegado até aqui.

Estou profundamente agradecida...

Il faut bien se garder de croire  
que l'esprit qui invente  
marche au hasard..

Destutt de Tracy

- 
- É preciso não acreditar que o espírito que inventa caminha ao acaso.

## RESUMO

O presente trabalho trata da análise do gênero inventário, a partir da perspectiva das Tradições Discursivas. Para isso selecionou-se um *corpus* formado por cinco documentos produzidos na Paraíba entre 1872 e 1999, os mesmos foram fotografados e transcritos, e visto à luz das tradições discursivas ou Filologia Pragmática Alemã. Busca-se observar as permanências e mudanças ocorridas na estrutura formal e lingüística do texto. Para isso, fundamenta-se nas idéias de Coseriu (1979), Oesterreicher (2002), Bronckart (1999) e Kabatek (2006). O estudo destas Tradições Discursivas surgiu da necessidade de investigar um gênero jurídico, e o contexto social e histórico dos documentos para observar até que ponto a sociedade interferiu nas mudanças e nas permanências ocorridas no gênero. Como resultados, ficou observado que os documentos mudaram lingüística e estruturalmente em alguns aspectos e apresentaram algumas permanências lingüísticas e estruturais em outros aspectos, a exemplo da estrutura formal dos inventários.

**Palavras-chave:** Tradições Discursivas. História da língua. Inventário

## ABSTRACT

The present work is about the analysis of the Discursive Traditions in the gender inventory, starting from a corpus formed by five documents produced in Paraíba between 1872 and 1999. It is looked for to observe the permanences and changes happened in the formal and linguistic structure of the text. For that, it is based in the ideas of Coseriu (1979), Oesterreicher (2002), Bronckart. and Kabatek(2006). The study of these Discursive Traditions appeared of the need of describing a juridical gender, to describe a little of the societies of the times mentioned in each document to observe to what extent the society interfered in the changes and in the permanences happened in the gender. For that study, it was selected five inventories of different times, the same ones were photographed and transcribed for constitution of the corpus and visa to the light of the discursive traditions or German Pragmatic Philology, as results, it was observed that the documents changed linguísticamente and estruturamente in some aspects and they had some linguistic permanences and you structure in another aspects.

**Key-words:** Language. History. Discursive Tradition. inventoried

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> -----                      | <b>10</b> |
| <b>CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS</b>               |           |
| <b>1 As idéias lingüísticas de Eugênio Coseriu</b> ----- | <b>13</b> |
| 1.1 A questão da Sincronia e Diacronia-----              | 13        |
| 1.2 O conceito de Língua-----                            | 14        |
| 1.3 Sistema, Norma e Fala-----                           | 16        |
| 1.4 Os níveis de análise lingüística-----                | 19        |
| 1.5 Variação e Mudança-----                              | 21        |
| 2- Do conceito de gênero às Tradições Discursivas-----   | 24        |
| 2.1 A noção de Gênero-----                               | 25        |
| 2.2 As Espécies de Textos-----                           | 27        |
| 3-Sobre as Tradições Discursivas-----                    | 28        |
| 3.1 A visão de Kasbatek-----                             | 29        |
| <b>CAPÍTULO II – O INVENTÁRIO</b> -----                  | <b>34</b> |
| 2. -Conceito de Inventário-----                          | 34        |
| 2.1-Finalidade do Inventário-----                        | 35        |
| 2.2- Primeiros Inventários do Brasil-----                | 36        |
| 3 A linguagem Burocrática-----                           | 37        |
| <b>CAPÍTULO III- ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>:</b> -----     | <b>39</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> -----                        | <b>81</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b> -----                                 | <b>83</b> |
| <b>ANEXOS</b> -----                                      | <b>86</b> |

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho consiste na análise estrutural e lingüística do gênero inventário. Para esse fim, selecionamos como *corpus* cinco inventários datados de 1872 até 1999, para serem analisados à luz das Tradições Discursivas ou Filologia Pragmática Alemã.

O estudo das Tradições Discursivas leva em conta que o falante não cria aleatoriamente seu texto cada vez que vai falar ou escrever. Ele se baseia em modelos já existentes na sociedade. De acordo com Kabatek (2006, p. 3-4):

Na hora de falar ou de escrever um texto, os que falam ou escrevem não só têm que fazer passar a sua finalidade comunicativa através do filtro da gramática e o léxico de uma língua determinada na que querem concretizar este fim: como é sabido, o realizam também segundo uma norma que se refere ao já dito na sociedade; e o modelam de acordo com tradições textuais contidas no acervo da memória cultural de sua comunidade, maneiras tradicionais de dizer ou de escrever(...). Chamamos, de acordo com os autores a estes modelos, *tradições discursivas*. (grifo do autor)

Como se pode depreender da citação anterior, entende-se por *tradição discursiva* maneiras tradicionais de falar ou escrever em que o usuário se baseia para produzir seus textos. Sabe-se que cada texto assume características específicas, com relação a seus propósitos e sua organização, para atender às necessidades da sociedade e do momento histórico no qual é produzido. Dessa forma, um gênero textual pode desaparecer ou modificar-se em seu curso, de acordo com o contexto de produção. Nesse sentido então, busca-se entender a estrutura do inventário e quais os processos de permanência e mudança por que passou esta tradição discursiva ao longo do período estudado.

Nesta pesquisa, parte-se do princípio de que há uma relação indissociável entre língua e sociedade e que as condições de produção dos textos determinam sua organização interna. Por isso, o estudo de uma tradição discursiva leva em conta o contexto em que o texto foi produzido. Assim, uma análise preliminar dos textos permite supor que algumas alterações ocorridas na estrutura formal e lingüística dos textos encontraram justificativa na própria mudança da sociedade em geral, e no sistema jurídico, em particular.

De acordo com Coseriu (1982), do ponto de vista histórico, a língua se concretiza num modo de falar característico de uma comunidade, conforme as tradições dessa comunidade. É preciso então que o estudo de uma língua e da história dessa língua seja feito com base em textos em seu contexto de uso (BRANDÃO, 2000).

Então, antes de partir para a descrição propriamente lingüística, é necessário descrever o contexto sócio-histórico de produção e recepção em que se inserem. Por esse motivo, a presente pesquisa descreverá, em linhas gerais, o contexto sócio-histórico de produção dos inventários.

O que forneceu ímpeto para esta pesquisa foi o desejo de desenvolver um trabalho lingüístico que, junto com a história, respondesse às indagações concernentes às constantes mutações sofridas pelos gêneros textuais, especificamente, o texto jurídico inventário e, a partir das respostas obtidas, construir a historicidade desse gênero específico em sua estrutura concomitante ao seu aspecto lingüístico.

O objetivo geral de nossa pesquisa é, portanto, descrever o inventário, levando em consideração o grau de permanência e mudança na estrutura formal e lingüística do gênero. Para atingir esse objetivo, temos os seguintes objetivos específicos:

- a) Constituir um *corpus* formado por documentos originais paraibanos;
- b) Descrever brevemente o contexto de produção dos inventários;
- c) Analisar as características gerais de cada inventário selecionado;
- d) Distinguir as permanências e mudanças do gênero, a partir de exemplares de épocas distintas;
- e) Apontar fatores que contribuíram para a transformação ou permanência de características do gênero.

Os inventários encontram-se arquivados em caixa, separados por datas, no Arquivo do Fórum Cível de João Pessoa. No início da pesquisa, procurou-se separá-los em ordem cronológica crescente, e todas as transcrições foram feitas na íntegra, obedecendo à sua ordem estrutural. Na transcrição, procurou-se conservar a originalidade dos textos, seguindo as noções filológicas de Fonseca (2005). Em seguida, foram fotografados todos os exemplares utilizados nesta pesquisa. Constituído o *corpus*, passou-se à descrição do contexto de produção textual e à análise dos documentos. O primeiro inventário é datado de 1872 e o último de 1999. Uma das razões pela qual este gênero foi escolhido é o interesse pessoal de investigar a confecção dos primeiros documentos jurídicos paraibanos.

Para fundamentar teoricamente, utilizam-se a visão integrada da Filologia Pragmática Alemã, que articula a história da língua; a história da sociedade e a história das tradições discursivas. Para tanto, são centrais as idéias de Coseriu (1982), Kabatek (2004), Jungbluth (2005), Oesterreicher (2002), Schlieben-Lange (1993). Apresentam-se ainda alguns conceitos como o de gêneros, de acordo com Bakhtin (1992), Swales (1990), Marcuschi (2005) e Bronckart (1999). Para falar sobre sociedade, utilizaram-se autores como Fonseca (2005) e Freire (1982).

O trabalho obedece à seguinte estrutura:

No primeiro capítulo, apresentaremos alguns conceitos teóricos que embasaram nossa pesquisa, uma apresentação das principais idéias de Coseriu (1979) e seus seguidores, um breve percurso da noção de gênero, culminando com o conceito de Tradições Discursivas.

No segundo capítulo, trataremos da metodologia utilizada para esta pesquisa e da descrição dos inventários: sua estrutura formal e lingüística, bem como o contexto de produção.

No terceiro capítulo abordaremos as principais mudanças e permanências do gênero inventário.

## CAPÍTULO I

### CONCEITOS TEÓRICOS

#### 1 AS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS DE EUGÊNIO COSERIU

##### 1.1 A questão da sincronia e diacronia

A sincronia e a diacronia passaram a fazer parte dos estudos lingüísticos depois da publicação, em 1916, do livro *Curso de lingüística geral* de Saussure, o qual considerava que *sincronia* as características da língua vista como um sistema estável num espaço de tempo, e por *diacronia*, as mudanças por que passa uma língua no tempo. Tal divisão surgiu como uma nova perspectiva de encarar a língua, uma vez que nos séculos XVII e XVIII (época em que havia um estudo hegemônico da língua) abordava-se a língua como uma realidade estável, atemporal e organizada segundo os princípios da lógica (assumidos como necessariamente universais e não históricos), diferentemente do pensamento lingüístico preponderante no século XIX, que enfocava a língua como realidade em transformação e a ciência da linguagem como apenas e necessariamente histórica (FARACO, 1991).

Faraco (1991) menciona que essa divisão proposta por Saussure foi criticada por Coseriu, em seu livro *Sincronia, Diacronia e História*, de 1973, pela visão estática de sistema

apresentada por Saussure. Coseriu propõe que se veja a língua como um sistema em movimento, em permanente sistematização e não nega que descrição e história sejam estudos diferenciados. Entretanto o que ele assume é o ponto de vista de que as línguas são objetos históricos e, por isso, seu estudo deve envolver descrição e história de forma integrada.

Na língua, Coseriu (1982, p.185) distingue ainda a *sincronia* como a língua em seu funcionamento, e *diacronia* como a língua em seu desenvolvimento histórico. No nível histórico, segundo o lingüista romeno (1980), as línguas apresentam três grandes tipos de variedades: as diferenças referentes ao espaço geográfico (dialetos), ou *diatópicas*, as diferenças entre as camadas sócio-culturais, ou *diastráticas*, e as diferenças de modalidades expressivas, segundo as circunstâncias permanentes ou ocasionais, ou diferenças *diafásicas*, cada aspecto acima com sua sincronia e diacronia.

## 1.2 O conceito de Língua para Coseriu

O lingüista romeno Coseriu (1979) foi um dos primeiros que, além de enxergar a língua como sendo viva e evolutiva e em constante mutação, propôs que a mesma seja vista como um sistema em movimento, em permanente sistematização: “a mudança na língua não é alteração ou deterioração [...], mas reconstrução, renovação do sistema, e assegura a sua continuidade e o seu funcionamento.” A língua se faz mediante mudança e “morre” como tal quando deixa de mudar (COSERIU 1979, p.237). Afirma ainda que, embora um “estado de língua” se torne praticamente idêntico a um estado anterior, não implica uma permanência desse estado, mas que ele se *reconstitui / recria* com suficiente fidelidade pelo falar (COSERIU 1979, p.32).

Relacionado à mudança lingüística, Coseriu (1979<sup>a</sup>, p.63) enfatiza: “A língua muda justamente *porque não está feita*, mas faz-se continuamente pela atividade lingüística” (Grifo do autor).

O objeto da Lingüística, enquanto “ciência da linguagem” só pode ser a linguagem, em todos os aspectos. Esta se apresenta *como uma atividade humana específica e facilmente reconhecível*. Para Coseriu (1982, 1979; 1979<sup>a</sup>), a língua só funciona e só se realiza

concretamente no *falar*, ou seja, o que existe são os atos lingüísticos, o discurso: “A língua não existe senão no falar dos indivíduos, e o falar é sempre falar uma língua” (1979, p.33).

A linguagem como *falar* se realiza em quaisquer ocasiões “*segundo uma técnica determinada e condicionada historicamente, ou seja, de acordo com uma língua.*”(Coseriu,1979) Para Coseriu (1979), as línguas são técnicas históricas da linguagem e, na medida em que se acham estabelecidas como tradições firmes e peculiares, reconhecidas pelos seus próprios falantes e pelos falantes de outras línguas, costumam ser designadas por meio de adjetivos “próprios” que as identificam historicamente (língua inglesa, língua francesa). Neste sentido, o falante se revela como pertencente a uma determinada comunidade histórica, ou mesmo como alguém que assume a tradição idiomática de uma comunidade, ainda que temporariamente. O autor expõe:

A língua é um *saber falar*, como *se fala* numa determinada comunidade e segundo uma determinada comunidade e segundo uma tradição (COSERIU, 1979<sup>a</sup>, p.52)

Assim, o saber lingüístico é um *saber fazer*, isto é, é *fazer técnico* que o falante adquire de outros falantes. É a partir desse saber que o falante cria a sua expressão e cria seus próprios modelos (FONSECA, 2005).

Outro aspecto desse entendimento é perceber a língua como *energía*, no sentido empregado por Humboldt: uma *atividade* livre e não *produto*. Apenas porque é atividade livre e finalista e porque é conhecida como tal, pode ser abstraída e estudada como “produto”. Coseriu (1979) lembra que, ao considerar língua como atividade, Humboldt queria salientar o “vivo” ou “livre” na linguagem, de acordo com o pensamento aristotélico, compreendendo a linguagem como atividade criadora em *todas* as suas formas.

Nessa perspectiva, o *falar* é uma atividade criadora, livre e finalista e é sempre algo novo. A linguagem é, em primeiro lugar, criação de significados, mas o indivíduo não inventa integralmente sua expressão: ele a cria ou a estrutura a partir de modelos anteriores, utilizando a técnica e um material anterior que seu saber lingüístico lhe proporciona. A

língua se refaz, não muda totalmente; o falante utiliza o sistema oferecido pela comunidade e aceita a realização que a *norma* tradicional lhe fornece.

O autor romeno (1979<sup>a</sup>) afirma que a língua historicamente constituída é utilizada e manifestada no falar, mas no falar, a língua anterior ao ato é superada e “alterada”, tanto pelas determinações finais da expressão, quanto pelas determinações psicofísicas da realização fônica. Tais determinações vão de um simples cansaço ou excitação do falante até eventuais modificações produzidas na fisiologia do falar por fatores como o clima e *raça*. (terminologia do autor).

Coseriu distingue a *linguagem como falar* de outras atividades expressivas que não se dirigem necessariamente a outro ser, mesmo que outros acolham e interpretem a expressão. Nesse sentido, aponta outra comprovação que se impõe com relação à linguagem: como falar de cada indivíduo, a língua é sempre um *falar com outro*. Para o autor (COSERIU, 1982), a essência da linguagem está no diálogo, no falar-um-com-o-outro. Assim, evidencia Coseriu (1979, p.64) que a “linguagem tem historicidade e é o próprio fundamento da historicidade do homem, porque é diálogo, falar com o outro”. O falar pressupõe “falar e entender”, ou seja, expressar-se de maneira a ser compreendido pelo outro. Nesse sentido, o sujeito falante, dentro das possibilidades que o sistema oferece, tem a preocupação em adequar sua fala à fala do interlocutor. Por outro lado, o ouvinte não só entende o que o falante diz como também percebe o modo, a maneira pela qual o diz. Pode-se dizer que esta concepção de linguagem já vislumbra a preocupação com o outro, ao destacar o interesse do falante em buscar ser compreendido pelo interlocutor.

O lingüista romeno (1979, p.214) defende a constituição de uma lingüística do *falar*, sendo este entendido como uma atividade mais abrangente que a língua. Uma lingüística dessa natureza teria um caráter teórico que considerasse os problemas da linguagem no plano de atividade lingüística concreta. Além disso, importa distinguir os problemas históricos das línguas (que podem ser gerais) dos problemas universais do falar. Assim, segundo o autor, uma análise dos textos não pode ser feita com exatidão sem o conhecimento da técnica da atividade lingüística, pois a superação da língua que ocorre em todo discurso só pode ser explicada pelas possibilidades universais do falar. Vê-se, portanto, que para a lingüística da

fala, a consideração da linguagem em funcionamento, ou seja, em criação individual no seio da(s) comunidade(s), tem um papel central e determinante.

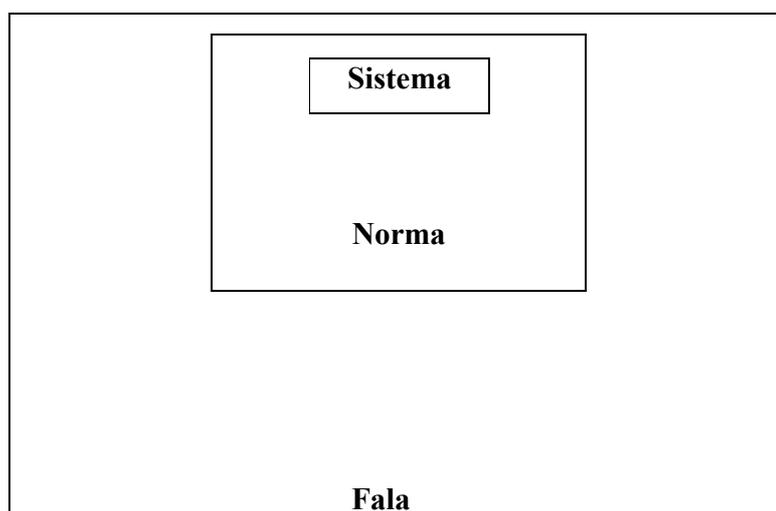
### 1.3 Sistema, Norma e Fala

Para entender o conceito de *norma* defendido por Coseriu, é necessário partir da dicotomia saussuriana de *língua* e *fala*. Saussure (1916), em seu *Curso de Lingüística Geral*, entendeu a *fala* (*parole*) como uma atividade lingüística concreta, é a execução de imagens acústicas, é a parte individual da linguagem; e *língua*, como uma realidade psíquica, um sistema gramatical virtualmente existente em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos.

Aos estudos de Saussure deve-se afirmar que o mestre genebrino serviu de base para vários estudos posteriores, foi o primeiro a enxergar a língua como algo bipartido, a pô-la em estudo meramente científico. Coseriu (1979) entendia a língua como uma realidade tripartida, diferente da idéia anterior de Saussure, que tinha a língua como bipartida, ou seja, a distinção entre língua e fala, *langue* e *parole*. Coseriu estudou a fundo a primeira idéia de Saussure e visualizou a língua com essa tríade, e classificou essa idéia como sistema, norma e fala. O *sistema* para o lingüista romeno é como uma unidade abstrata, seria uma “rede de funções”, que se realiza em formas sociais determinadas e mais ou menos constantes. A *norma* seria um aspecto condizente com as tradições deste sistema, respeitando os aspectos sociais e culturais, seria o funil deste sistema. Assim, norma e sistema seriam a criação e repetição (re-criação), dentro do padrão e segundo as coordenadas do sistema individual. A *fala* é a expressão individual do sistema obedecendo à norma; é a exposição do indivíduo do seu acervo lingüístico, de acordo com os modelos. Portanto, Coseriu define *norma* como algo mais arbitrário, situado entre o abstrato do sistema e a concretude da fala, sendo apenas uma das possibilidades fornecidas pelo sistema e resultantes da repetição de modelos anteriores.

Importa ressaltar que o conceito coseriano de norma não corresponde à norma prescritiva das gramáticas, mas deve ser entendido como o que é normal e regular nos usos, ou seja, aquilo que é usado regularmente pelos falantes. Nesse sentido, a norma é imposta ao falante, limitando sua liberdade de expressão.

A princípio, a concepção de *sistema*, *norma* e *fala*, segundo o linguista Coseriu (1979), poderia ser representada graficamente pelo seguinte esquema:



**Fonte:** Coseriu (1979,p.72)

De posse deste sistema, da norma e da capacidade de falar, o falante utiliza destes aspectos para expressar numa língua, seus atos inéditos ou recriados através dos moldes da sociedade em que ele está inserido dentro do sistema lingüístico operante. É nesse meio que estão as Tradições Discursivas, as quais são obedecidas pelos falantes na hora de falar.

Mattos e Silva (1997) distingue dois tipos de norma: as normas sem prestígio social ou estigmatizadas e as normas de prestígio social, ou norma culta. Nesse sentido, Travaglia

(1997) apresenta dois tipos de variedades lingüísticas: os *dialetos*, entendidos como variação que ocorre de acordo com as pessoas que utilizam a língua e os *registros*, variedades decorrentes do uso que se faz da língua de acordo com a situação em que o usuário e o interlocutor estão envolvidos. De acordo com o autor, as variações de registro podem ocorrer de acordo com o grau de formalidade (formal/informal), modo e sintonia (tecnicidade, cortesia). Vê-se, nesse sentido, que os inventários apresentam um registro formal, inseridos na linguagem burocrática.

#### 1.4 Os níveis de análise lingüística

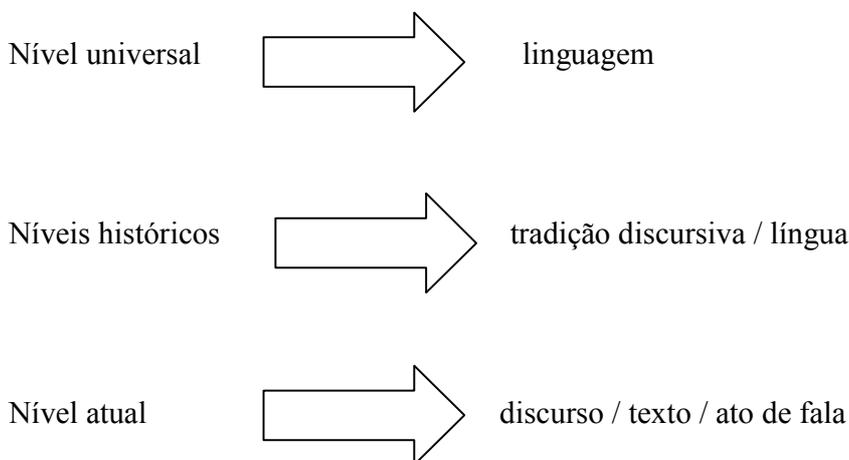
Coseriu (1979) distingue três perspectivas de se perceber a língua: uma *universal*, outra *histórica* e outra *particular*. No primeiro aspecto, ou seja, no universal, trata-se do *falar*, da ação concreta considerada em geral; no *histórico*, refere-se ao modo de falar de uma comunidade, é a língua concreta. No *particular*, trata-se do discurso (o ato ou série de atos) de um indivíduo em tal oportunidade. Não se trata de três modalidades distintas, mas de três maneiras de encarar a mesma realidade: “o falar é uma atividade universal que se realiza por indivíduos particulares enquanto membros de comunidades históricas” (COSERIU, 1979<sup>a</sup>). Estes três aspectos ou níveis que formam a realidade da linguagem e que se referem à totalidade do lingüístico, em certa medida, são independentes uns dos outros. Nesse sentido, por se tratar de uma atividade muito complexa que se desenvolve simultaneamente em três níveis — o nível universal do falar em geral, o nível histórico das línguas e o nível particular, dos discursos, os mesmos são seguidos intuitivamente pelos falantes e intuitivamente aplicados como critérios de juízos sobre o falar pelos ouvintes, pois tais aspectos estão presentes na mente dos falantes.

Esses níveis são discutidos também por Schlieben-Lange (1993), que aponta as várias atividades realizadas no momento em que se fala. Primeiramente, no nível universal faz-se

referências às coisas do mundo, de modo a ser entendido através de conceitos que a língua histórica põe à disposição do falante, concebe-se o mundo, alteriza-se o discurso, mostram-se ou indicam-se as coisas, atividades realizadas com a ajuda de contextos. Não são fenômenos específicos de uma língua determinada, ao contrário, eles aparecem em textos de diferentes culturas e épocas, sob condições parecidas (FONSECA, 2005). Numa acepção muito genérica, afirma Schlieben-Lange (1993), o falar é sempre um *falar* com outros sobre o mundo:

Dominamos, enquanto falantes, determinadas técnicas gerais do falar que, uma vez aprendidas na aquisição da primeira língua, podemos empregar em todas as outras línguas.(SCHLIEBEN-LANGE,1993,p.18).

Os três níveis da língua na perspectiva coseriana:



No nível textual, o falar como “produto” é justamente o texto, ou seja, em situações históricas determinadas, *fala-se* em forma de textos, orientados para uma determinada finalidade. É a manifestação concreta e individual do lingüístico, através de discursos e de textos, o enunciado efetivo: “ato ou a série de atos de tal indivíduo em tal oportunidade” (COSERIU,1979<sup>a</sup>, p. 43). Nesse nível, leva-se em conta se o autor observa as normas das Tradições Discursivas, as quais, segundo Oesterreicher (1999), trata-se de formas que

mudam no curso da história: criam-se novas formas, outras perdem a importância e se marginalizam), de um determinado período, uma vez que, de acordo com Schlieben-Lange (1993,p.19) “também no nível do texto, a historicidade se faz presente na forma de tradições textuais historicamente transmitidas”.

Partindo da linguagem como falar, Coseriu (1982,p.184) lembra que esta é uma atividade fundamentada numa *faculdade* e revela um *saber*. Por isso, de um lado, pertence ao plano *biológico* do homem (já que é fisiológica psicologicamente condicionada) e por outro, ao plano *cultural* (o saber falar, enquanto conhecimento técnico da linguagem em suas modalidades materiais e semânticas).

Falando sobre o plano *cultural*, sobre o que é norma em cada um desses níveis, Coseriu explica:

No nível universal, a norma é a da congruência com os princípios universais do pensamento e com o conhecimento geral humano do “mundo”. No nível particular, a norma é a do apropriado, (...), que pode ser diferenciado em *adequado* (com respeito às coisas de que se fala), conveniente (com respeito ao destinatário do discurso) e oportuno (com respeito às circunstâncias do falar). No nível histórico, temos, na perspectiva do sistema lingüístico, a norma da *correção* (conformidade do falar com o sistema lingüístico que se pretende realizar) (...) (COSERIU, 1995, p.58).

De acordo com o exposto acima, observaram-se os níveis de análise lingüística segundo Coseriu,(1979) e aplicação do estudo desses níveis em trabalhos de outros lingüistas, entretanto, as Tradições Discursivas requerem também outras conceituações pertencentes ao campo da linguagem, como por exemplo, a questão da mudança lingüista, que está intrinsecamente relacionado com as TD's , pois a mudança sofrida pela língua é um dos alicerces das Tradições Discursivas (doravante TD's).

### **1.5 Revendo alguns conceitos de mudança (ou variação) lingüística**

Para Paul, (1880) um neogramático que contribuiu em muito no que concerne a teoria da mudança lingüística, e em que muitos autores se basearam para formular outras teorias, em seu livro *Princípios fundamentais da história da língua*, a mudança lingüística é vista como resultado de um processo mental que faz com que o indivíduo promova uma seleção de termos lingüísticos, utilizando uns em detrimento de outros, influenciado pelas relações sociais. Ele atribui conceitos para a mudança lingüística como, por exemplo, a mudança espontânea, a partir das particularidades pessoais e de estímulos – peculiares da própria configuração mental e corporal de um indivíduo – mecanismo de mudança intraindividual. O autor acima citado, enquanto estudioso da língua, contribuiu em muito para a perspectiva da mudança, tornando-se influente em estudos posteriores, mesmo por não-neogramáticos.

Coseriu afirma que *“a língua não pode ser isolada dos” fatores externos “– isto é, de tudo aquilo que constitui a fisicidade, a historicidade e a liberdade expressiva dos falantes” (p. 19)*

Para Coseriu, a língua deve ser entendida, primeiramente, como “função”, depois como “sistema”, uma vez que, se ela funciona, não é por ser um sistema; pelo contrário, constitui-se um sistema a partir do momento que cumpre uma função e essa função liga-se a fatores históricos que, certamente, imprimem marcas na organização da própria língua.

Ao lado de *langue* e *parole*, Coseriu propõe sistema e norma: o primeiro elemento corresponde ao conjunto de possibilidades que se abrem para um falar compreensível numa comunidade, enquanto o segundo, corresponde ao conjunto de realizações obrigatórias, consagradas e compartilhadas dentro dessa mesma comunidade de falantes. A mudança lingüística, na perspectiva de Eugenio Coseriu não se resume em perguntar por que as línguas mudam, mas sim, porque as mudanças ocorrem tal como ocorrem.

Coseriu diz ainda que *“a mudança lingüística está ao alcance de qualquer falante, pois pertence à experiência corrente sobre a linguagem” (p.58)* e é sempre um problema histórico, que depende do conhecimento das condições (sistemáticas e extra-sistemáticas) da língua em análise e de se considerar a sua realidade dinâmica. Dessa forma, a explicação da

mudança lingüística é histórica, generalizada e a linguagem, o primeiro fundamento de manifestação da intersubjetividade do ser com o outro. (SILVA, 2008)

De acordo com Faraco (1991), os estudos sobre a linguagem encararam a língua como um objeto autônomo, sem falantes concretos. De um lado, visto como um organismo vivo (como Schleicher, no século XIX) ou como um sistema biologicamente determinado (lingüistas gerativos); de outro lado, percebido em sua natureza formal, como um todo que basta a si mesmo (como entre os estruturalistas).

Em geral, as mudanças têm sido vistas como motivadas:

- a) por fatores físicos (razões de conforto anatômico ou fisiológico; por economia muscular)
- b) por fatores imanentes (equilíbrio e reequilíbrio interno do sistema ou por economia da língua, segundo Martinet).

Em geral, as teorias lingüísticas excluem o falante concreto, histórico e uma mudança nesse quadro implica uma concepção de linguagem que o tome como essencialmente social e não acidentalmente social, ou seja, as mudanças sociais – ao alterar as relações interacionais – podem desencadear processos de mudança na língua.

Faraco (1991) reconhece que as línguas humanas mudam com o passar do tempo, ou seja, as línguas humanas não constituem realidades estáticas; ao contrário, sua configuração estrutural se altera continuamente no tempo. Nesse sentido, aponta uma questão bastante colocada: Por que as línguas mudam? Para o autor, a pergunta é inadequada por dois motivos:

- Em sentido geral porque nada é estático.
- Porque se pressupõe um conceito de causalidade como uma relação de determinação necessária de um fato qualquer – sendo uma realidade humana, social e cultural, a língua não está submetida ao universo da necessidade, e sim da possibilidade.

Já Cardeira (2008), enfatiza que a mudança lingüística acontece porque a língua é um sistema aberto, sempre em elaboração, e sua função é permitir comunicação entre seus utentes, para tanto dois requisitos terão de ser cumpridos: continuidade e adequação às necessidades dos falantes. Portanto, na história das línguas fala-se em condições (possíveis) de mudança, sob que condições uma mudança é possível, e não em causas (necessárias).

Coseriu (1979) opoñdo-se à visão saussuriana que considera que *”em si mesmo, o sistema é imutável.”*, concebe a língua como energia, dinamismo e não algo pronto. Nesse sentido, esse dinamismo da língua só é possível através da fala e, como diz Coseriu *“A língua não existe senão no falar dos indivíduos, e o falar é sempre falar uma língua”*.(p.33).

Coseriu,(1979) menciona que *“a língua se faz mediante mudança, e morre como tal quando deixa de mudar”*. Para ele, a língua está em constante mudança. São empregadas nas línguas novas formas de comunicação, novos vocábulos, novas adaptações dependendo inteiramente do contexto histórico em que a língua está inserida bem como a sociedade que a norteia.

A variação lingüística é o resultado de uma série de processos entre os quais distinguem-se, em primeiro lugar, a *inovação* por parte do falante (a criação de um modo lingüístico no que corresponde à norma lingüística — entendida tradição de falar e escrever de uma comunidade) e a adaptação da inovação por parte de outros falantes da mesma comunidade), uma vez que, falar é decidir algo acerca de algo acerca de signos. Signos que formam um sistema, uma língua. E, a língua consiste em palavras para designar e regras para linearizar as palavras, e assim, um léxico e uma palavra.(KABATEK, 2004).

Em seu artigo, *“Tradiciones discursivas y cambio lingüístico,”* Kabatek (2004) pormenoriza a questão da variação lingüística, da inovação que o falante tem a liberdade de produzir, obedecendo logicamente a um sistema, e logo esta inovação pronta, há também o período de adaptação da nova variante lingüística. O autor enfatiza como exemplo de adaptação da nova tradição discursiva na época em que foram constituídas as tradições jurídicas, e em particular, as tradições de textos que expressam normas legais, as quais

variam em diferentes épocas e lugares, estas análises fornecerão subsídios para análise do *corpus* deste trabalho.

## 2. DO CONCEITO DE GÊNERO ÀS TRADIÇÕES DISCURSIVAS

Conforme aponta Houaiss (2002), a palavra gênero vem do latim *gēnus, ěris* ‘nascimento, descendência, origem; raça, tronco; descendente, rebento, filho’, que deriva do grego *gēnos, eos*, ‘id’. Porém desde os primeiros estudos realizados em torno do texto escrito, e mesmo com as primeiras concepções sobre *gênero*, ele tem recebido outras significações, sempre dependendo do meio em que ele está sendo tomado.

A reflexão acerca dos gêneros textuais vem desde os tempos de Aristóteles e Platão e interessou inicialmente à Poética e à Retórica. Concebida como arte e técnica do discurso, a tradição retórica remonta há mais de 2.500 anos e foi organizada, primeiramente, na Grécia. Em meados de 465 a. C., depois de um período em que tiranos dominaram as colônias gregas da Sicília, Siracusa e Agrigento. Os cidadãos, despojados de suas casas, revoltaram-se, gerando inúmeras contendas de caráter judiciário, tornando necessária a existência de pessoas aptas para instruir os vitimados, a recorrerem à justiça(VIEIRA,2008) Isso se devia ao fato de que na época não existiam advogados, então as vítimas iam em busca de pessoas com boa retórica, que dominavam a arte do “bem falar”, tais pessoas dominavam a retórica, a arte da persuasão, para defende-las perante a justiça. Então, Aristóteles passou a distinguir três gêneros discursivos que dão conta de três instâncias de atuação do cidadão no estado grego: *judiciário* (há um orador que defende e/ou acusa), *deliberativo* ou *político* (quando se dirige a um auditório) e *epidíctico* (quando se elogia ou repreende alguém sobre os seus atos de cidadão).

Já na no campo da Literatura, as distinções entre os gêneros *lírico, épico e dramático*, vistos desde Platão como as três formas fundamentais ou mesmo ‘naturais’ da literatura, consistem em uma classificação que continua até a atualidade. O *lírico* corresponderia às obras que apenas o autor falaria; o *épico*, em que autor e personagens teriam direito às falas e

o *dramático*, em que apenas os personagens falariam. Além dessa classificação, há ainda uma outra, que diz respeito aos textos literários, que podiam ser classificados em *prosa e poesia*.

### 2.1A noção de gênero para Bakhtin e Swales

Bakhtin entendia que os gêneros estão no cotidiano das pessoas, relacionadas em diferentes situações sociais, fazendo com que cada esfera da atividade humana elabore “tipos relativamente estáveis de enunciados”. O lingüista russo enfatiza:

Aprendemos a moldar nossa fala às normas de gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (a extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional, prever-lhe o fim, ou seja, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivos que, em seguida, no processo da fala, evidenciará suas diferenciações. Se não existissem os gêneros do discurso e se não o dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir um dos de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível. (BAKHTIN, 1992, p. 302).

Bakhtin postula que “os gêneros são, portanto, determinados historicamente, constituindo formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura”. E também que a assimilação de uma língua materna é um processo de integração social, ou seja, “a língua não se transmite, ele dura e perdura sob a forma de um processo evolutivo e contínuo”. E com base nessa idéia de perduração evolutiva que estudamos as tradições discursivas, uma vez que, de acordo com a evolução da sociedade é que se evoluem também os gêneros do discurso.

O conceito de gênero segundo Swales (1990:58 *apud* Fonseca, 2005) compreende uma classe de eventos comunicativos cujos membros partilham alguns propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos *expert,s* membros da comunidade de discurso e com isso constitui a base lógica, o gênero. Essa base modela a estrutura

esquemática do discurso, influencia e condiciona a escolha do conteúdo e do estilo. O propósito comunicativo é tanto um critério privilegiado e um critério que opera para atingir o escopo de um gênero tal como aqui grosseiramente concebido e focado em ações retóricas comparáveis. Em aditamento ao propósito, os exemplares de um gênero exibem vários padrões de similaridade em termos de estrutura, estilo, conteúdo e audiência pretendida (...). Nomes dos gêneros herdados e produzidos pelas comunidades de discurso e importados por outras constituem valiosas comunicações etnográficas, mas que tipicamente necessitam de validação posterior. (SWALES, 1990: p.58)

Para Marcuschi (2001), a denominação gênero textual se refere aos textos materializados em situações comunicativas recorrentes que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sócio-comunicativos definidos pela organização, propósitos, funções enunciativas e estilo realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Em contraposição aos tipos, os gêneros são entidades textuais realizadas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas constituindo uma listagem aberta. (grifos do autor)

Observamos o olhar de cada um dos autores acima para a questão da definição de gênero, algo necessário para lançar luz às questões das tradições discursivas propriamente ditas, as quais estão imbricadas na evolução dos gêneros, uma vez que estamos analisando as tradições discursivas dentro de um gênero jurídico, especificamente o inventário, suas mudanças e suas permanências no curso de sua história e paralelamente, como mencionou Bakhtin, os gêneros são determinados historicamente, embasadas no processo evolutivo e contínuo.

## **2.2 As “espécies” de textos (ou tipos de textos)<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Esta denominação é do próprio autor, como também o uso das aspas.

Com a elucidação abaixo, Bronckart (1999, p.89 ) menciona bem sua noção de gênero textual que condiz com a teoria das Tradições Discursivas, abordada nesta pesquisa, menciona:

Os textos são produtos da atividade humana e, como tais, estão articulados às necessidades, aos interesses e às condições de funcionamento das formações sociais no seio das quais são produzidos. Sendo os contextos sociais muito diversos e evolutivos, conseqüentemente, no curso da história, no quadro de cada comunidade verbal, foram elaborados diferentes “modos de fazer” textos, ou diferentes **espécies de textos**. Essa noção de espécie de texto designa todo conjunto de textos que apresentem características comuns. (Grifos do autor,)

De acordo com o exposto acima, o autor comenta sobre a diversidade de textos, bem como o aparecimento deles seguindo uma necessidade da sociedade em que o texto está inserido, e, com a evolução da história, o texto também evoluiu:

A emergência de uma espécie de texto pode estar relacionada ao surgimento de novas motivações sociais, pode ser consecutiva ao aparecimento de novas circunstâncias de comunicação ou ao aparecimento de novos suportes de comunicação.(BRONCKART,1999)

Estas novas motivações sociais descritas pelo autor dependem da sociedade da época em que estão inseridos, e estes novos suportes de comunicação são os meios pelos quais se pode usar para transportar essa comunicação até o interlocutor, então esses novos suportes de comunicação trarão consigo uma diversidade textual , aprimorando ou transformando os já existentes ou criando novos suportes.

Entretanto, esta diversidade de texto não é um fenômeno atual. Desde a Antiguidade grega até os nossos dias, há uma preocupação com sua delimitação e nomeação, que se

traduziram na elaboração várias nomeações, na maioria dos casos, na noção de **gênero de texto**.

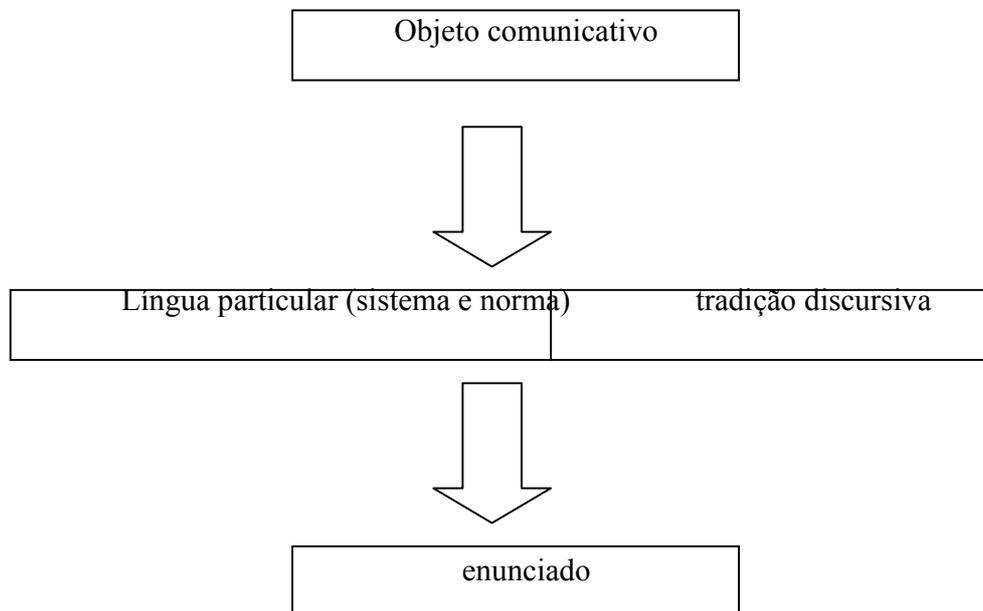
### **3 SOBRE AS TRADIÇÕES DISCURSIVAS**

O conceito de Tradições Discursivas surgiu da lingüística alemã, especialmente dentro da lingüística românica. Fortemente influenciados pela tradição da escola de Eugênio Coseriu, fundamente-se na distinção coseriana de três níveis de falar, aspectos da atividade lingüística, cuja diferença é considerada imprescindível para qualquer questão do estudo da linguagem. Trata-se da distinção entre o nível universal de falar em geral, comum a todos os seres humanos, o segundo nível é o histórico, é o das línguas como sistemas significações historicamente dados, atualizados, e em terceiro nível os textos, os discursos concretos.

#### **3.1 A visão de Kabatek acerca das Tradições Discursivas**

Outros autores estudaram a fundo os escritos de Coseriu(1979), e colaboraram em muito para estudos posteriores, como por exemplo o lingüista Kabatek (2001), o qual ,tem como objeto de estudo textos jurídicos escritos em Castilha nos séculos XII e XIII e analisa as continuidades e descontinuidades da evolução textual e de uma possível evolução lingüística paralela. Em seu artigo “Tradiciones discursivas y cambio lingüístico” (2006), o referido autor aborda as tradições discursivas. Ele menciona que estas podem adaptar-se em princípio, em qualquer variedade, bem como surgir nova tradição e ser aceita e adaptada pela comunidade.

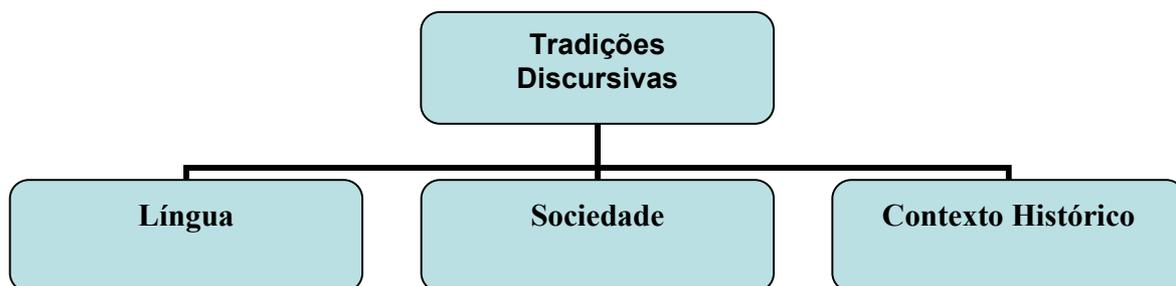
Kabatek (2006), baseando-se em conceitos anteriormente propostos por Coseriu,(1979), entende por Tradições Discursivas “*a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio.*” (Kabatek, 2004).O quadro abaixo é elucidativo no que diz respeito as condições de produção dos enunciados;



Segundo Kabatek (2004), o falante escolhe as opções de falar ou de escrever que possui dentro de um conjunto de regras e itens lingüísticos disponíveis em uma determinada língua, e após isso, ele *filtra* sua produção lingüística pelas tradições discursivas que lhe fornecerá o gênero textual cabível ao seu objeto comunicativo. Esta elucidação produzida pelo autor acima citado refere-se a qualquer finalidade de comunicação encapsuladas em formas de expressão, como agradecimento, reclamação, e quaisquer meios de comunicação.

E dependendo do grau de proximidade entre os falantes, pode ocorrer que expressões ditas como orais “invadam” o campo da escrita, como por exemplo, ”valeu hein” “agradecido”, etc. isso é algo negociável entre os falantes envolvidos, uma vez que a língua escrita deduz um certo distanciamento da língua oral, e certas expressões podem ser ditas ou escritas, dependendo da proximidade e da hierarquia entre os falantes da língua, um exemplo disso são as cartas pessoais, que apresentam traços da fala, ou um discurso oral feito a uma pessoa hierarquicamente maior que o seu interlocutor.

Em 1955, Eugênio Coseriu havia postulado uma lingüística própria do nível do texto/ discurso, e repetidas vezes postulou a independência das tradições dos textos com respeito à língua histórica, denominadas, a partir dos anos 90, de Tradições Discursivas. Desde então, o conceito foi aplicado a numerosas questões de diversas línguas e se encontra atualmente no centro de interesse de uma série de projetos de investigação no mundo inteiro. Os trabalhos fundamentados em Koch (1997) e Oesterreicher (1997) definem o conceito das Tradições Discursivas (TD) partindo da reduplicação do nível histórico coseriano: postula-se a existência dos fatores de nível histórico, a língua como sistema gramatical e léxico de uma língua, decidindo a atividade de falar com uma finalidade comunicativa (KABATEK,2006). Para Coseriu (1979), as Tradições Discursivas dependem dos três pilares, como podemos ver a seguir:



De acordo com o quadro, as Tradições Discursivas dependem da própria *língua*, pois este é o seu sistema de organização, da *sociedade* que fala essa língua de acordo com seus interesses e do *contexto histórico* ou das condições de produção, o momento em que está sendo dito algo, quais as intenções e o meio pelo qual foi exposto o discurso, ou seja a própria língua.

De acordo com Jungbluth, (2005),

O conceito de tradições discursivas goza hoje de uma popularidade notável na lingüística: suas origens se remontam na escola de Tübingen, iniciada pelo nome de Eugênio Coseriu, e mais adiante por Brigitte Schieben-

Lange, Peter Koch e Wulf Oesterreicher,(...). Todas estas direções de investigação concebem o “texto” como um acontecimento histórico que atualiza esquemas comunicativos e culturas recorrentes. Também nas ciências das línguas da América Latina, o conceito das tradições discursivas tem hoje uma vitalidade crescente. Sem dúvida, essa vitalidade poderia ocasionar justamente o perigo da arbitrariedade: o conceito procede originalmente da lingüística da variação, pode perder precisão e limites em largo prazo, se não tem lugar um diálogo entre as distintas disciplinas e enfoques metodológicos<sup>2</sup>.

A autora acima citada concebe o texto como um acontecimento histórico que expõe esquemas comunicativos que retratam a cultura ou a sociedade em que o texto está inserido. O mesmo texto, indubitavelmente, e traz consigo uma carga de traços semânticos que condizem com o contexto histórico da sociedade que o produziu, e, de acordo com esta teoria irá analisar de acordo com o que o texto nos oferecer, as mudanças por que passou a sociedade em cada época de cada inventário, uma vez que há uma seqüência cronológica demonstrando passo a passo a evolução da sociedade, sendo ela cultural, e tecnológica .

Kabatek (2004) entende por Tradições Discursivas a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio. Nesse caso, a recorrência das tradições discursivas é explicada pelo fato de elas estarem contidas no acervo da memória cultural de uma sociedade. Aqui, a cultura é concebida como um produto histórico de uma sociedade, levando em plena consideração o seu passado. r questão do estudo da linguagem. Trata-se da distinção entre o nível universal de falar em geral, comum a todos os seres humanos, o segundo nível é o histórico, é o das línguas como sistemas significações historicamente dados, atualizados, e em terceiro nível os textos, os discursos concretos.

---

El concepto de las tradiciones discursivas goza hoy de una popularidad notable en la lingüística: sus orígenes se remontan a la Escuela de Tübingen, signada por el nombre de Eugenio Coseriu, y más adelante por los de Brigitte Schlieben-Lange, Peter Koch y Wulf Oesterreicher; el concepto se ha establecido y, (...) Todas estas direcciones de investigación conciben el “texto” como un acontecimiento histórico, que actualiza esquemas comunicativos y culturales recurrentes. También en las ciencias del lenguaje de Latinoamérica el concepto de las tradiciones discursivas tiene hoy una vitalidad creciente. Sin embargo, esa vitalidad podría esconder justamente el peligro de la arbitrariedad: el concepto, procedente originalmente de la lingüística de la variación, puede perder precisión y límites en el largo plazo, si no tiene lugar un diálogo entre las distintas disciplinas y enfoques metodológicos.(tradução nossa)

Segundo Kabatek (2004), o falante escolhe as opções de falar ou de escrever que possui dentro de um conjunto de regras e itens lingüísticos disponíveis em uma determinada língua, e após isso, ele *filtra* sua produção lingüística pelas tradições discursivas que lhe fornecerá o gênero textual cabível ao seu objeto comunicativo. Esta elucidação produzida pelo autor acima citado refere-se a qualquer finalidade de comunicação encapsuladas em formas de expressão, como agradecimento, reclamação, e quaisquer meios de comunicação.

E dependendo do grau de proximidade entre os falantes, pode ocorrer que expressões ditas como orais “invadam” o campo da escrita, como por exemplo, ”valeu hein” “agradecido”, etc. isso é algo negociável entre os falantes envolvidos, uma vez que a língua escrita deduz um certo distanciamento da língua oral, e certas expressões podem ser ditas ou escritas, dependendo da proximidade e da hierarquia entre os falantes da língua, um exemplo disso são as cartas pessoais, que apresentam traços da fala, ou um discurso oral feito a uma pessoa hierarquicamente maior que o seu interlocutor.

Em se tratando de um gênero de ordem jurídica, aparentemente pode-se idealizar que o mesmo possui uma estrutura fixa, sem demais alterações. Entretanto, no processo de leitura do *corpus*, observamos uma mudança na estrutura, bem como uma mudança, no decorrer das décadas, de alguns aspectos lingüísticos, mas averiguaremos, sobretudo, aspectos que perduraram até os dias atuais.

Partindo dos conceitos expostos, passemos, a seguir, aos inventários.

## CAPÍTULO II

### **Sobre o inventário**

#### **2. Conceito de Inventário**

Define-se o inventário, de modo geral, como a descrição de quaisquer bens. De modo especial, como a descrição, enumeração e avaliação de bens (móveis, imóveis, semoventes, documentos, dívidas ativas e passivas etc.) que ficaram do defunto a seus herdeiros. (CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 1999, p.21).

O vocábulo *inventário* (do latim *inventarium*, de *invenire*) etimologicamente é sinônimo de rol, registro, relação. Juridicamente, em sentido *lato*, significa a descrição, a avaliação de qualquer massa de bens; e, de modo particular e específico, a descrição e enumeração de bens, quaisquer que sejam (CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, p.22).

O inventário compreende também a partilha, do mesmo modo que abrange a descrição, a avaliação e a liquidação. Portanto o inventário é, pois, em sentido restrito e específico, a descrição, enumeração e avaliação dos bens do defunto; sendo a partilha a distribuição da herança.

Carvalho, (1899, p.23), atribuiu o mesmo sentido, definindo como um “processo especial que compreende a relação, avaliação e descrição de todos os bens e valores do autor da herança, e a divisão igual ou proporcional desses bens e valores pelos seus sucessores legitimados, legítimos ou testamentários”.

Sob o ponto de vista prático o inventário consiste na identificação e registro por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros.

## 2.1 Finalidade do inventário

Considerado quanto aos seus fins, o inventário pode compreender espécies distintas: a) inventário para os efeitos de partilha e administração de bens, em virtude da sucessão ou de ação de desquite; b) inventário para a administração de bens de um indivíduo, em condições particulares especiais como em caso de interdição. (ART.455 DO CÓDIGO CIVIL).

Processo de inventário, segundo as lições do Professor SANTIAGO DANTAS,(1993) é o procedimento administrativo, ao longo do qual se apuram e dividem os bens da herança, depois se partilham entre os herdeiros, pagando-se ao Fisco os emolumentos que lhe forem devidos.

O processo de inventário é administrativo, por isso, que não tem ordem nem estrépite de juízo, podendo o julgador decidir, de plano, pela verdade sabida por qualquer modo, seja verbalmente, seja por documentos e confissões dos interessados, tendo em vista somente a justiça e a equidade. (TOLEDO-*Orfanologia*, § 3.)

Nem sempre, porém, o termo inventário se acha ligado à idéia de falecimento ou de abertura de sucessão, pois costuma referir-se ao rol de bens de pessoas vivas, ou a prestação de suas contas.

São exemplos disso, conforme o nosso direito civil, o *inventário do usufrutuário*, que, conforme o art.729 do Código Civil terá antes de assumir o usufruto, de inventariar, à sua custa, os bens que receber, determinado o estado em que os mesmos se encontram; o *inventário do fiduciário*, pois o fiduciário se acha obrigado a proceder ao inventário dos bens agravados, conforme dispõe o art.1.734, parágrafo único do mesmo Código; o *inventário do curador*, inventário a que está sujeito o curador que não for o cônjuge (art. 455); e, no direito processual civil, o *inventário por desquite etc.* Pode-se citar, ainda, o chamado *inventário comercial*, que consiste na descrição de todos os bens e efeitos do comerciante. (SOUZA, 1993, p.22).

## **2.2. Primeiros inventários no Brasil**

No primeiro quartel do século XVIII frei Agostinho de Santa Maria efetuou o levantamento e a descrição das imagens da Virgem Maria e dos templos que se encontravam no Arcebispado de Bahia e nos Bispados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro e Minas Gerais, sendo o trabalho divulgado nos volumes 9 e 10 da obra denominada "Santuário Mariano e histórias das imagens milagrosas de Nossa Senhora", que foi publicado em Lisboa no ano de 1722. (SALAZAR BENEDICTO,2004)

Ainda no período colonial, Francisco Mesquita, escrivão da Fazenda Real elaborou o inventário dos prédios existentes em Recife e Maurícia, após a expulsão dos holandeses, arrolando 290 imóveis e descrevendo suas técnicas construtivas.

Quando a sociedade brasileira, através de seus intelectuais e lideranças, iniciou, nos anos 20 do século passado, a luta pela preservação do nosso patrimônio cultural, a preocupação com a institucionalização do inventário veio formalmente à tona. Aliás, a obrigatoriedade de inventariação dos bens culturais está presente em todas as tentativas de criação de uma legislação de proteção aos bens culturais do país anteriores à criação da SPHAN no ano de 1937, como nos anteprojetos de lei dos deputados federais Luis Cedro (1923), Augusto de Lima (1924), José Wanderlei de Araújo Pinho (1930) e da comissão criada para este fim pelo Governo do Estado de Minas.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, o inventário foi finalmente alçado, em nosso país, a instrumento jurídico de preservação do patrimônio cultural, ao lado do tombamento, da desapropriação, dos registros, da vigilância e de outras formas de acautelamento e preservação (art. 216 do código civil, § 1º).

### 3-Linguagem Burocrática: Breves palavras

A linguagem burocrática consiste em um código escrito utilizado por pessoas ligadas à administração no exercício do seu ofício e que pode ser encontrada em documentos provenientes das instituições federais, estaduais, municipais e privadas, que vem à tona sob a forma de ofícios, normas, condicionamentos, estatutos, manuais de instrução e uso, formulários, fichas, regulamentos, publicações, folhetos etc., todos produzidos pelas já citadas instituições( VIEIRA 2008)

Para Frank Smith (*apud* MENDONÇA, 1985) a linguagem que os advogados, médicos e outros burocratas usam é um código de ‘difícil compreensão’ para que pessoas leigas não venham a ter acesso àquela linguagem. Mendonça (1985) critica a linguagem burocrática, tomando-a como vazia, uma vez que os seus usuários encontram o significado que desejam nesse imenso vácuo. O fato de muitos não terem acesso a esse código é irrelevante, uma vez que a função da linguagem burocrática é obscurecer o sentido. Para a mesma autora, é difícil caracterizar o burocratês – outro nome pelo qual é conhecida a linguagem burocrática, pois como uma subvariedade baseada na variante jurídica, tem características diferentes que não se resumem ao nível léxico, possuindo, também, construções sintáticas próprias. Para a já citada autora, trata-se de:

Um dialeto específico da língua portuguesa escrita, adquirido artificialmente através de procedimentos pré-estabelecidos. Algumas de suas construções parecem ter baixa frequência de uso em outras variedades (MENDONÇA. 1985)

Características da linguagem burocrática segundo Mendonça:

- Abuso de nominalizações – o estilo burocrático tradicional é impessoal, não se dirige diretamente ao leitor; se um ser humano é mencionado, ele o é através de um termo genérico ou de classe. O efeito é um estilo formal e abstrato.
- Uso freqüente de jargões – vocabulário específico com duplo objetivo para o grupo profissional que domina os conceitos transmitidos: a) indica a seus

usuários, aqueles que não fazem parte do grupo; b) serve para facilitar a intercomunicação entre os membros de um grupo.

- Tom marcadamente legalístico – decorrente de ser muitas vezes documento legal. Engloba muitas vezes arcaísmos, frases muito complexas - características da linguagem jurídica -, parágrafos demasiadamente longos (120 a 150 palavras), que sobrecarregam a capacidade humana de processamento da informação;
- Uso de construções na passiva: O fato de nominalizar, dentro da prosa jurídica, acarreta uma outra característica que se reflete na centralização no objeto da ação em vez de no agente da ação, que se dá no uso da voz passiva cujo foco é o objeto da ação e essa ocorrência pode provocar o não entendimento do enunciado quando *passagens inteiras são colocadas na voz passiva sem envolver agentes humanos* (MENDONÇA, 1985, p. 51). Esse estudo foi confirmado com as pesquisas desenvolvidas por Redish (1983).
- Uso de siglas: Derivado dos romanos, que desenvolveram três formas diferentes do uso de abreviaturas e siglas - siglas, notas tironianas e *Notae Júrís* - (ACIOLI, 2003, p. 45), é bastante usada nos textos informativos da burocracia e no pensar de Mendonça (1985, p 53) *serve para separar as pessoas que não possuem um determinado tipo de informação, criando a solidariedade do grupo profissional.*

### **CAPÍTULO III**

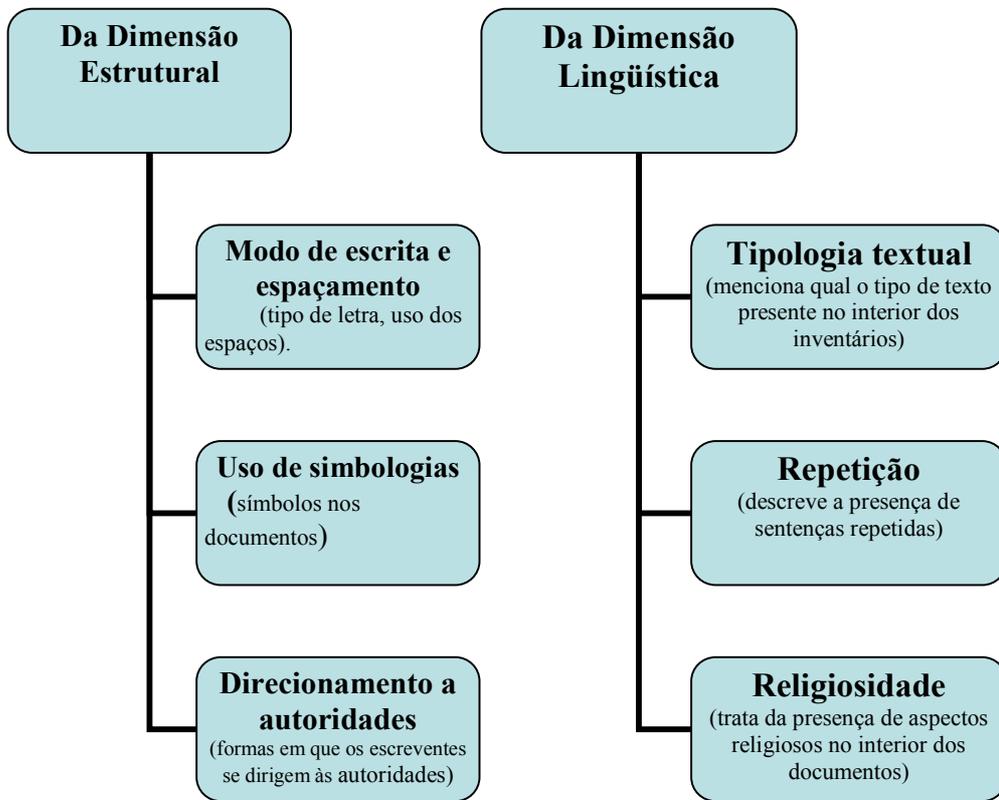
#### **Aspectos Metodológicos : Análise**

Neste capítulo, serão abordados alguns aspectos pertinentes à metodologia de pesquisa e aos inventários: sua estrutura, função e sua linguagem, relacionando à sociedade, ou seja, ao contexto de produção, de acordo com a ordem cronológica disposta neste trabalho. É válido salientar que as informações fornecidas abaixo descrevem em linhas gerais o que acontecia no cenário social paraibano, as mudanças ocorridas na sociedade e como isso afetava no contexto de produção dos inventários.

O *corpus* utilizado para este trabalho é constituído de uma seqüência de cinco inventários que datam de 1872, 1930, 1960, 1980 e 1999, todos escritos no Estado da Paraíba. Os originais se encontram arquivados no Arquivo Cível de João Pessoa. Integrando os inventários, encontramos cartas, documentos e recibos, os quais estão inseridos em nosso estudo.

Como era de se esperar, os documentos mais antigos estão danificados pela ação do tempo, o que dificulta em muito a visualização. Entretanto, o contato direto com esses documentos permitiu que fizéssemos um estudo bem como uma transcrição de todas as páginas dos inventários, obedecendo à ordem disposta dos documentos, como também sua estrutura lingüística.

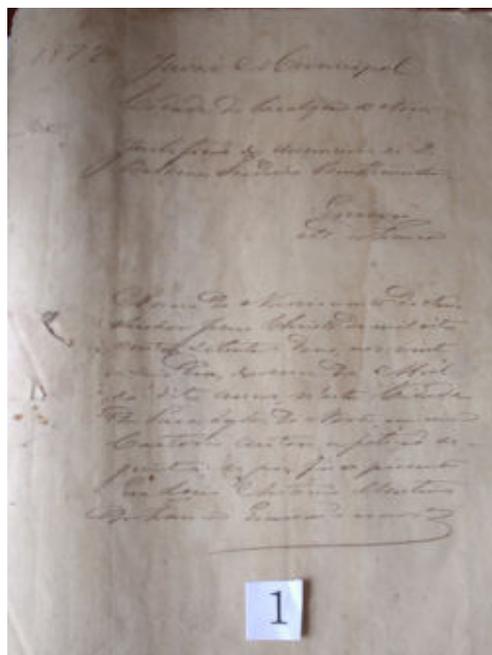
Os textos serão avaliados considerando a sua estrutura formal, organizacional e lingüística. Para analisar os seguintes documentos, alguns critérios de avaliação foram selecionados, abaixo seguem delineados em forma de organograma:



Sobre a transcrição dos inventários, foram observados os seguintes critérios:

- As abreviaturas, a divisão das linhas e as fronteiras das palavras permaneceram fidedignas ao manuscrito.
- A marca de nasalização, til ou m, foi respeitada;
- Manteve-se a pontuação original;
- As maiúsculas e minúsculas permanecem conforme o manuscrito;
- A ortografia foi conservada na íntegra, não se efetuando qualquer mudança;
- Quando a leitura paleográfica foi duvidosa, usou-se [ ]
- Os parênteses (\_\_\_\_\_) indicam palavras que por algum motivo não puderam ser lidas;
- A seqüência do inventário segue uma ordem cronológica.

**Figura 01-Inventário de 1872**



Fonte: Arquivo Cível

1872 Juizo Municipal

Cidade da Parahyba do Norte

Justificação da Assuição em D.

Belmira Frederico Beuthmuller Escrivão (ilegível)

Anno de Nascimento de Nosso

senhor Jesus Christo De mil oito centos setenta e dois, aos vinte

e seis dias do mes De Abril de este an no, N esta Cidade

da Parahyba do Norte, em no Cartório Assinei a petição de

(juinto de pi dir a presenca)(ilegível) Antônio Monteiro

(ilegível) Escrivão (ilegível)

**Transcrição da figura 01**

Com relação à escrita, o inventário datado de 1872 é todo escrito a próprio punho pelo escrivão, o qual toma depoimentos, citações e declarações. O documento foi inteiramente escrito pelo escrivão Luiz Antônio Monteiro da Franca, e o administrador dos bens, os quais, uma casa em Tambaú e todos os pertences no interior da mesma, eram de Daniel Rufino Coqueijo, casado com Belmira Frederico Beuthemiller, classificado no inventário como administrador de sua mulher, uma vez que a casa em questão pertencia aos pais da senhora Belmira. Neste inventário, é observável que todos os objetos e móveis também são inventariados, há uma extensiva descrição desses bens e quais seus respectivos valores, o que torna este inventário extenso, possuindo assim 159 páginas.

No período em que o primeiro inventário foi produzido, na Paraíba a posse do livro ainda era rara. Em anos anteriores, nas bibliotecas das escolas, conventos ou residências desenvolviam-se a leitura silenciosa, enquanto nas igrejas, salas de aula e sociedades literárias realizavam-se a leitura oral pública. Ainda segundo VILLALTA (1997, p.374), enquanto reinava o analfabetismo, a leitura oral, pública e privada, proliferou, representando uma alternativa para os analfabetos ou para os que entendiam apenas o português, embora fosse comum entre os letrados. Na passagem do século XVIII para o XIX, a leitura e os livros foram cada vez mais se tornando freqüentes no espaço doméstico. Coexistiam também no Brasil, a exemplo do que ocorria na Europa, as leituras extensiva – leitura de textos diversos – e intensiva – leitura repetida dos mesmos escritos.

No início do século XIX, os espaços territoriais paraibanos já estavam delimitados e a Paraíba começava a operar em termos econômicos, tentando recuperar-se das dificuldades por que passara no século anterior. Em abril de 1809 foi instalada a Junta de Real Fazenda, para substituir a Provedoria dependente de Pernambuco e em 1814 foi criado o juizado de fora.

Os primeiros jornais da Paraíba surgiram a partir de 1826, com a Gazeta do Governo da Parahyba do Norte, que se destinava a publicar atos do governo e defender a monarquia constitucional. Segundo Mello<sup>3</sup>, os jornais da época possuíam linguagem exaltada, feição

artesanal, circulação incerta, existência transitória e não dispunham de vinculações mercantis. Afirmam ALMEIDA (1978: 199) que eram “paupérrimos de notícias”. Passaram a ser conhecidos como pasquins: *O Republico (1832)*, *O Constitucional Parahybano (1838)*, e *o Verdadeiro Monarchista (1840)*. Foi fundada, por Antonio Borges da Fonseca, *A Gazeta Parahybana*, destinada a combater os absolutistas portugueses, e ainda *O Republico*, *Publicador Paraibano*, *Abelha Pernambucana* e *O Nazareno*. Em 1860, havia aproximadamente 3 ou 4 jornais, sendo o mais importante “O Despertador”, do qual era responsável o Dr. Felizardo Toscano de Brito, chefe do partido Liberal.

Algumas mudanças surgidas na vida provincial só vieram a se acentuar após 1822. Foram instaladas pelo poder público, várias cadeiras de instrução primária, na capital e em outras vilas, todas para homens.

No período imperial, o ensino no Brasil, estruturava-se segundo Ribeiro (1986: p. 45) em três níveis: o primário, que cresce em importância à medida que cresce o número de pessoas que procuram nele o preparo para cargos burocráticos, além de ser preparatório para o secundário; o secundário, por sua vez, continua a manter a organização de aulas régias; e por último são criados cursos em diversas regiões do país, para preparação de pessoal mais qualificado, inaugurando o nível superior de ensino no Brasil.

De 1870 em diante, o cenário paraibano começa a mudar, inicialmente, surgiram dois jornais, a “Gazeta” e “Gazeta do Sertão”, ambos vinculavam idéias do Partido Liberal, ou seja, demonstravam seu ímpeto crítico e independente, trazendo informações relacionadas à independência do Brasil, a sociedade paraibana efervesce politicamente nessa época, tanto, que foi criada na província uma Sociedade Emancipadora de Escravos, e na inauguração, dez escravos foram alforriados. Estava a sociedade paraibana prestes a tornar-se súditos de uma república.

O inventário de 1872, observa-se em seu interior algumas palavras que merecem atenção por sua escrita, algumas apresentam elementos latinizantes, como por exemplo, letras geminadas, uso de fonemas trocados, monotongação de alguns ditongos e etc.

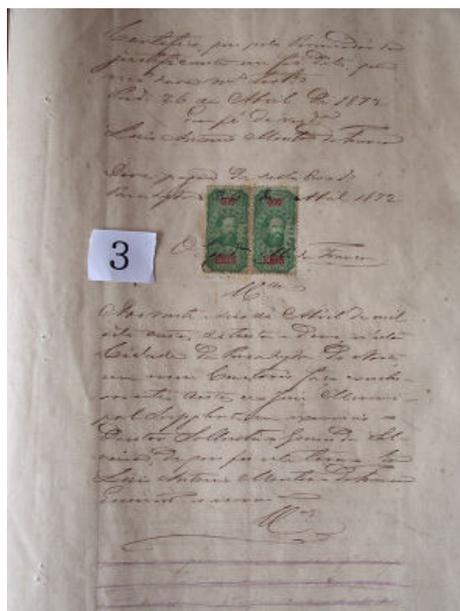
E no inventário, observa-se que o mesmo foi inteiramente escrito à mão pelo escrevente que provavelmente possuía habilidade para manter seu cargo, entretanto, nesse ano de 1872, sabe-se as escolas na Paraíba eram escassas e que a educação era um privilégio de poucos, portanto, o próprio escrevente traz em seus manuscritos passagens da oralidade interferindo na escrita. Dentre alguns aspectos esporádicos, o que mais chamou atenção foi a troca do fonema “e” por “i”, algo que, segundo Castilho (1998), é uma influência da língua africana no português do Brasil.

No primeiro momento, com relação à dimensão estrutural, analisa-se o projeto gráfico do inventário acima transcrito. Tal análise será de aspecto amplo, considerando a localização do texto verificando os processos de permanência e mudança em termos de diagramação, conforme a figura 01 acima.

Conforme se observa na fotografia da figura 01, a primeira página do inventário traz cabeçalho e texto e, inseridos no texto, aspectos como informação, o ano, a data e o local em que está sendo escrito. O escrivão faz a distinção entre as letras maiúsculas e minúsculas, ou seja, no início do período e nomes pessoais ele escreve com letra maiúscula e nas demais informações quando necessário.

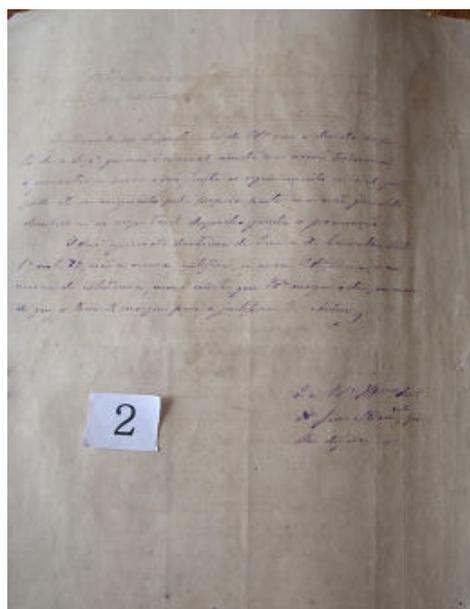
A escrita apresenta algumas formas gráficas (letras bastante desenhadas prolongando as mesmas) que dificultam a leitura. O estilo formal perdura até as últimas páginas do inventário. O texto constitui-se de parágrafo único seguindo uma mesma linha e as informações acerca de destinatário, data e especificação do conteúdo encontram-se no cabeçalho da página. Não há uma mistura entre cabeçalho e conteúdo.

Exemplo:



O documento é composto de 159 páginas, é escrito com caneta de tinta predominante preta, algumas páginas são escritas com caneta de tinta azul, a disposição das informações no papel seguem um padrão, ou seja, há um espaço maior na margem esquerda e uma menor na margem direita, algumas poucas páginas são escritas frente e verso e o inventário também apresenta algumas cópias e esta informação é dada no alto da página ora no lado esquerdo ora no lado direito. Relacionado ao estado de conservação, o inventário apresenta rasuras e danificações causadas pelo tempo.

Exemplo: cor da tinta azul

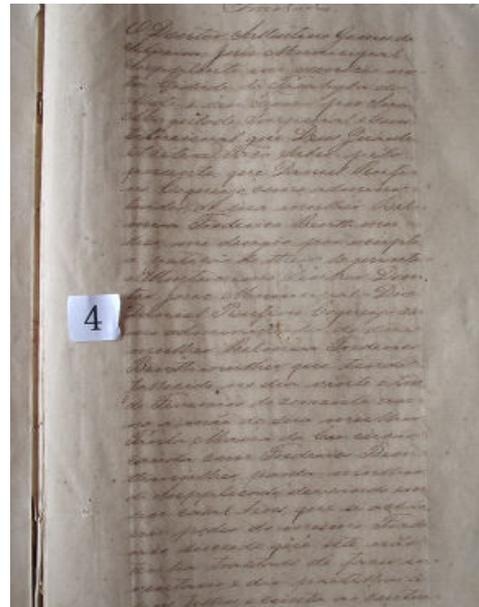


Na primeira página, há a abertura do processo com a apresentação das pessoas envolvidas, o bem a ser inventariado é uma casa e todos os bens em seu interior, havendo assim uma longa descrição de todos estes bens e seus valores.

No interior do inventário há alguns outros documentos que fazem parte do processo , documentos como tratados, assentado e referências as certidões de casamento e óbitos, não há estes documentos no inventário. Exemplos:

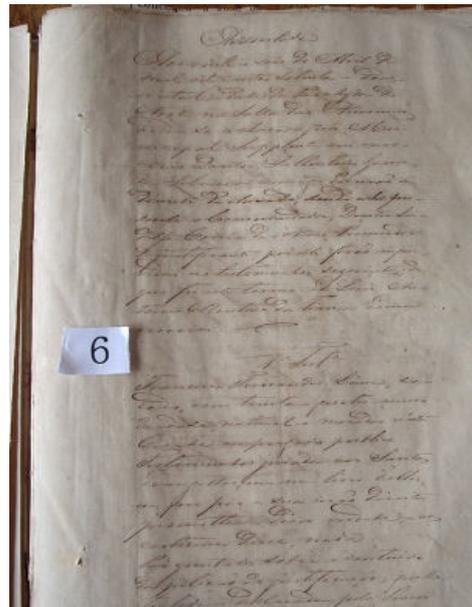
Tratado

O. Doutor Sallustino Gomes da  
Silveira juis Municipal  
Suplente em exercício nes-  
Cidade da Parahyba do  
Norte, e seu Termo, trás Sua  
Magestade suprenial, e Cons  
Titucional que Deus guarde  
Etetra(...)



Assentado

Aos vinte e seis di Abril de  
mil oito centos e setenta e dous  
nesta Cidade da Parahyba do  
Norte, na salha dos ( ilegível)

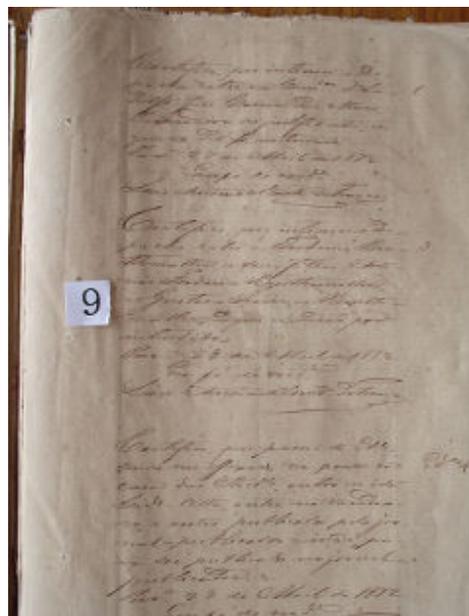


Quanto ao aspecto lingüístico, o inventário apresenta ora narração , ora descrição , fazendo sempre referência ao próprio escrivão e aos interessados do inventário, por isso há um uso freqüente de repetição de termos ou sentenças completas consideradas importantes no interior do inventário.Exemplos de repetição:

Exemplos de repetição:

Certifico em intimar o Dês-  
pacho de Etro ao Comu.dos. D.Lin-  
dolfo José Corrêa das Neves,(...)

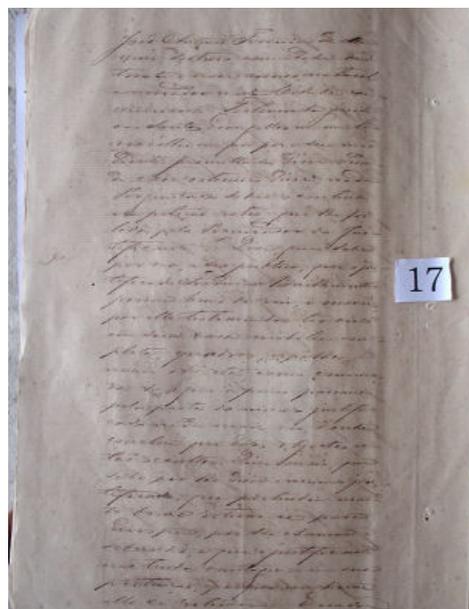
Certifico em intimar o De-  
pacho de Etro ao Comu.dos. D.Lin-  
dolfo José Corrêa das Neves,(...)



O exemplar de número 17 demonstra bem um estilo de narração, falando sobre um dos interessados do inventário.

3 Test.

João Antonio Ferreira de Menezes, Solteiro, com idade de Trinta e nove annos, natural e morador nesta Cidade commerciante. Testemunho Jurado aos Santos Evangelhos em um livro d'elles em que pos a sua mão direita promettendo (ilegível) verdade, e aos costumes (ilegível), nada Perguntando sobre o conteudo na petição (ilegível) que lhe foi lido pelo (ilegível) do Jus-



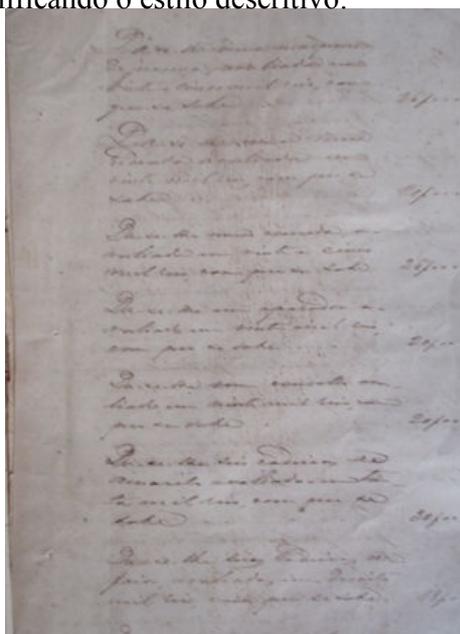
Observa-se agora uma página do documento exemplificando o estilo descritivo:

Da-se-lhe { } uma marquera de jurema, avaliado em vinte e cinco mil reis, como que se sabe.

Da-se-lhe uma mesa redonda avaliada em vinte e mil reis, com que se sabe.

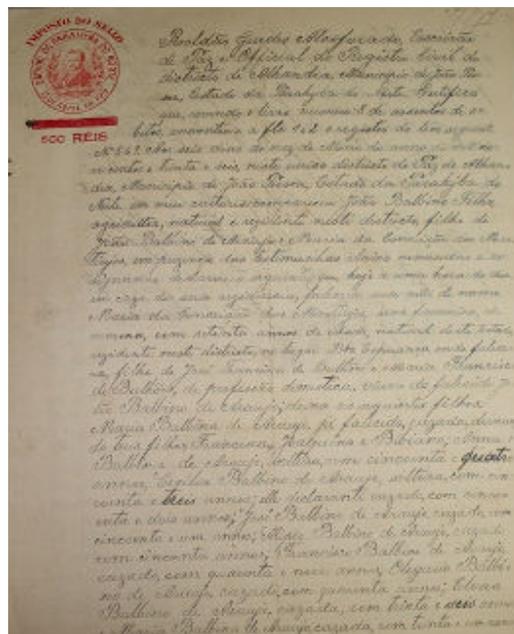
Da-se-lhe uma comoda avaliada em vinte e cinco mil reis, com que se sabe.

Da-se-lhe um aparado avaliada em vinte emil reis, com que se sabe.



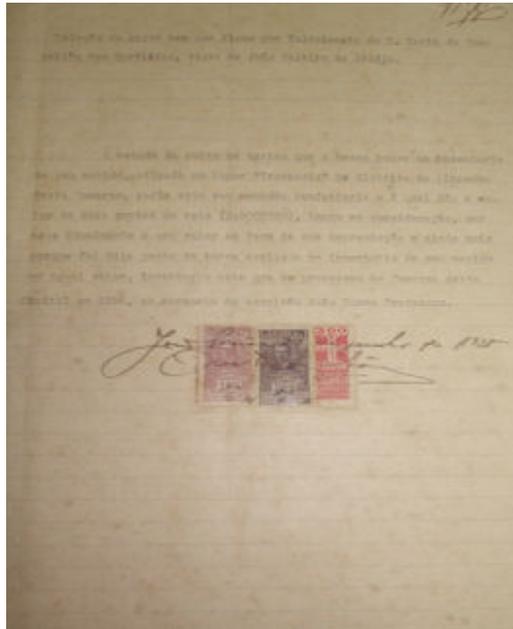
Neste exemplo acima, pode-se notar um estilo descritivo, ou seja, nesta página, há uma descrição dos bens da casa e seus valores, uma vez que tudo na casa foi inventariado. E esta descrição é bastante longa, cada objeto da casa foi inventariado, e atribuído valores, e sempre a repetição do termo : com que se sabe ao final de cada objeto descrito, reafirmando o aspecto bastante recorrente em 1872, a repetição.

**Figura 02-Inventário de 1930**



Fonte: Arquivo Cível

**Figura 2.1-Inventário de 1930**



Fonte: Arquivo Cível

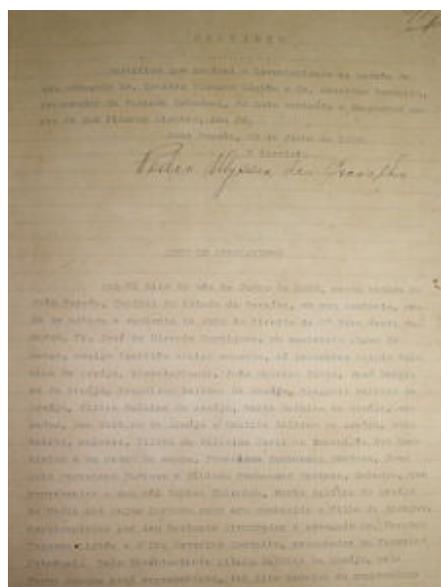
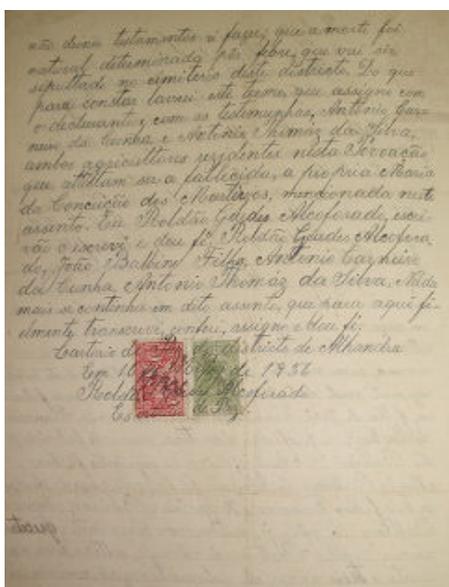
As figuras acima constituem o mesmo inventário, ambas as folhas são de 1930, já se pode observar que há o uso da máquina de datilografia como também o uso da escrita manual, há neste caso uma transição para o uso da máquina, algo que permanece até a atualidade.

A disposição no papel sofreu uma alteração. Já se pode observar um melhor aproveitamento dos espaços da folha, o espaço entre cabeçalho e conteúdo é de certa forma inexistente, e já se tem a presença de carimbo no alto da página. E as informações são descritas em um único parágrafo.

O inventário de 1930 é composto de 08 páginas, das quais 03 escritas na máquina datilográfica e 05 páginas escritas à mão, relacionado à disposição no papel é observado que os espaços das margens diminuem, mas as mesmas ainda são obedecidas. No inventário da década de 1930, há uma mescla entre a escrita à mão e a escrita na máquina datilográfica, o que diminui o volume de páginas e as informações contidas no inventário, é formado de oito

páginas são escritas pelo escrivão Roldão Guedes, e o inventariante é o Senhor João Balbino, e o que está sendo inventariado também é uma casa.

A tinta utilizada é de cor azul na manuscrita, e na máquina datilográfica a cor da tinta é preta, isso se deve ao fato de que não é uma mesma pessoa que escreve o documento, há assinaturas diferentes, o que se pode afirmar o uso de caneta esferográfica no processo de escrita do inventário. Não há utilização do verso da folha. Vejamos os exemplos



Conforme os exemplos acima, o escrivão não é mais o único escriba do processo, a partir deste inventário pode-se observar que mais pessoas aparecem no processo.

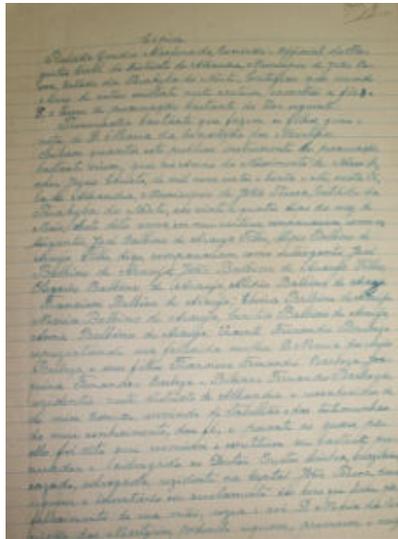
O uso de repetição é observado, mas bem menor com relação ao inventário de 1872, repete-se apenas termos jurídicos como, por exemplo: certifico.

Quanto ao aspecto lingüístico, o inventário apresenta como estilo ora narrativo, ora descritivo, fazendo sempre referência ao próprio escrivão e aos interessados do inventário. A linguagem presente no inventário é bastante objetiva, sem tantas repetições e apenas a apresentação de bens s serem inventariados, sem nenhuma informação a mais a cerca dos mesmos, não há neste inventário a descrição desses bens, mas como se trata de um agricultor falecido no município de Alhandra, pode-se inferir que se trata de terras.

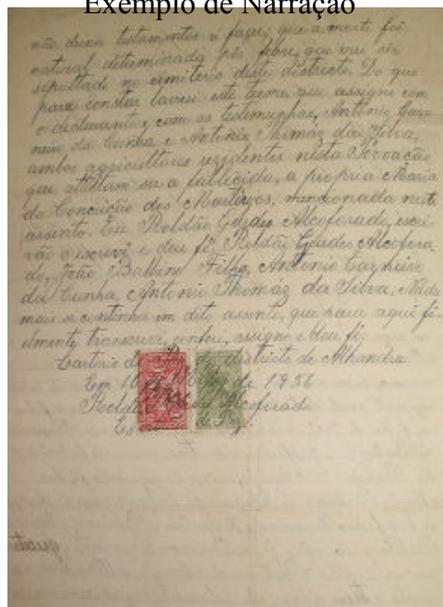
Com o uso da máquina datilográfica o estilo do inventário também foi alterado, as informações mais pertinentes permaneceram, tornando seu confeccionamento mais veloz, isso já pode ser considerado como um reflexo da modernização da sociedade paraibana.

Há no interior do documento apenas uma cópia do próprio documento, entretanto, não se sabe se este documento é a própria cópia ou o original, mas esta informação é mencionada no alto da página quase que centralizado. Vejamos o exemplo:

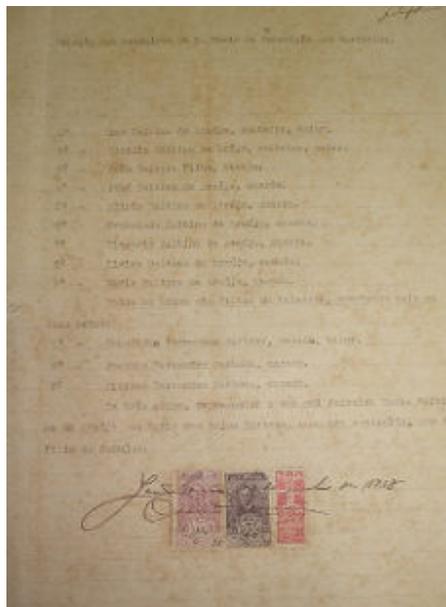
Ex. cópia



### Exemplo de Narração



## Exemplo de Descrição



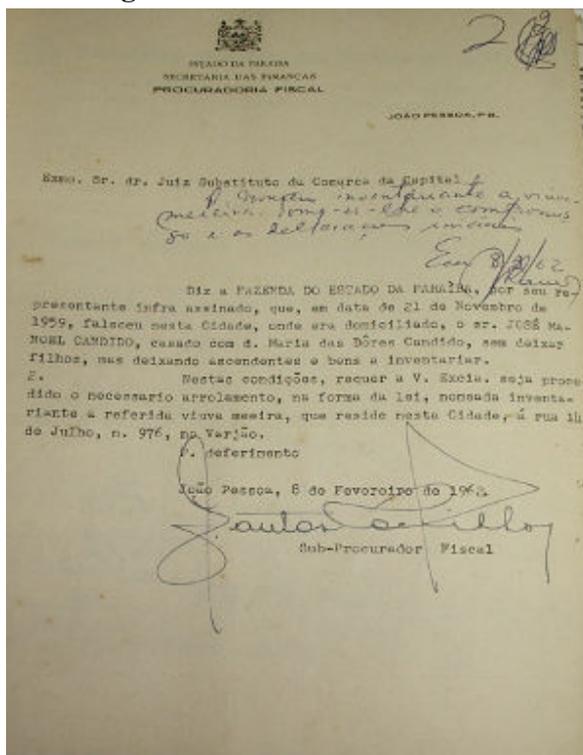
A sociedade de 1930 passou por revoluções, mudanças no cenário político-administrativo do Brasil, neste ano o Brasil já era uma República independente de Portugal. A sociedade paraibana estava presente e participava veementemente das disputas políticas presentes na época. E no ano de 1930 João Pessoa encontrava-se no governo do estado, criou o sistema tributário, tornando o comércio paraibano independente de outros estados, principalmente de Pernambuco. Fundou o “*Banco do Estado da Paraíba*”, iniciando as primeiras operações com o comércio local.

Com a ascensão de um grupo de militares e profissionais civis chefiados por Vargas, o Estado passou a intervir mais na economia nacional, devido a crise financeira de 29, voltando sua face mais para o mercado interno. As políticas monetária e fiscal foram orientadas no sentido de manter o ajuste do balanço de pagamentos e a estabilidade cambial, não sendo levada em conta sua importância para o crescimento da economia interna.

A medida econômica adotada a partir daí, foi a maior intervenção do Estado Brasileiro na economia nacional; o governo colocou em execução o plano de sustentação dos preços do café, financiado pelo imposto de exportação e pela maior expansão monetária. O

plano atenuou os efeitos da diminuição da receita de exportação e a moeda que havia sofrido forte retração no período de 29 e 30 voltou a expandir.

**Figura 03-Inventário de 1960**

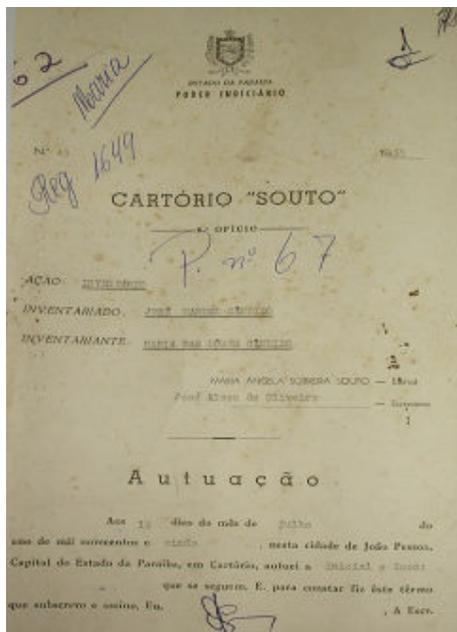


Fonte: Arquivo Cível

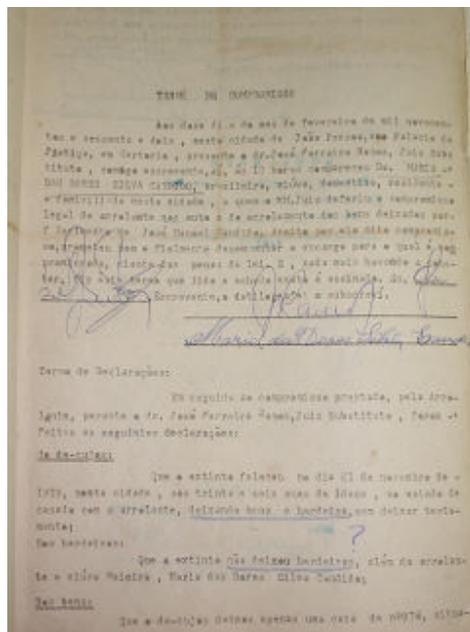
A figura 03 corresponde ao inventário da década de 1960. Pode-se observar que este documento passou por uma mudança específica, usa-se neste momento inteiramente a máquina datilográfica, condensando as informações, e o texto apresenta vários parágrafos, o cabeçalho limita-se agora ao tipo de documento, exemplo, *termo de compromisso, autuação*.

Vejamos os exemplos:

Autuação

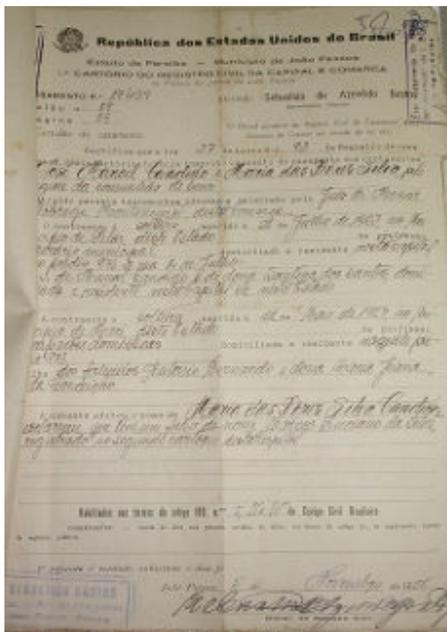


Termo de compromisso



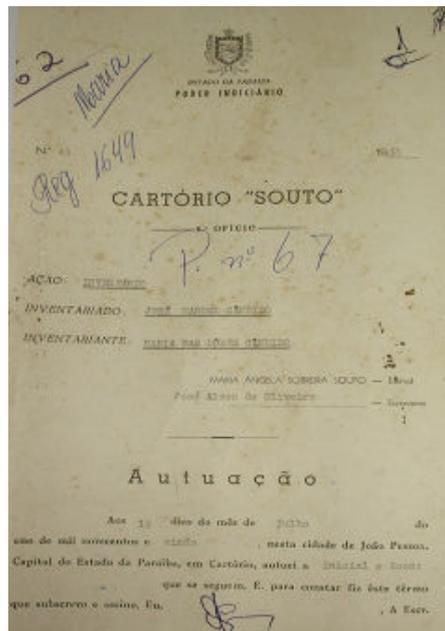
A cor da tinta é predominantemente preta, a letra é específica da máquina datilográfica, oscilando entre maiúsculas e minúsculas adequando a cada necessidade, como por exemplo início de parágrafo e títulos.

O documento apresenta apenas 06 folhas, das quais apenas 01 apresenta letra manuscrita, uma vez que se trata de uma certidão de casamento e há apenas a necessidade de preencher os dados específicos, e as demais folhas são inteiramente escritas com o auxílio da máquina datilográfica. Exemplo de certidão de casamento:



Algo que só aparece em 1960 é o uso de uma capa no inventário, contendo informações como: o inventariante e o inventariado e o cartório em que foi iniciado o processo. Vejamos abaixo:

### Capa do inventário



O inventário apresenta apenas como aspecto de danificação, a cor do papel amarelada, não outros tipos de danificação. Não apresenta cópias, e foi escrito apenas na frente da folha, o verso da mesma não foi utilizado. Na década de 1960, há um aproveitamento total da máquina datilográfica e os escritos à mão são basicamente as assinaturas das pessoas envolvidas no processo. Possui apenas seis páginas, tendo como inventariado o Senhor José Manuel Cândido e como inventariante a Senhora Maria das Dores Cândido, e como escrivã Maria a Senhora Maria Ângela Sobreira. Fazendo parte do inventário, encontra-se a certidão de casamento dos mesmos. Salienta-se que o senhor Manuel é falecido e deixou bens para a viúva, mas não especifica tais bens.

O uso de repetição é observado, mas bem menor com relação ao inventário de 1872, repete-se apenas termos jurídicos.

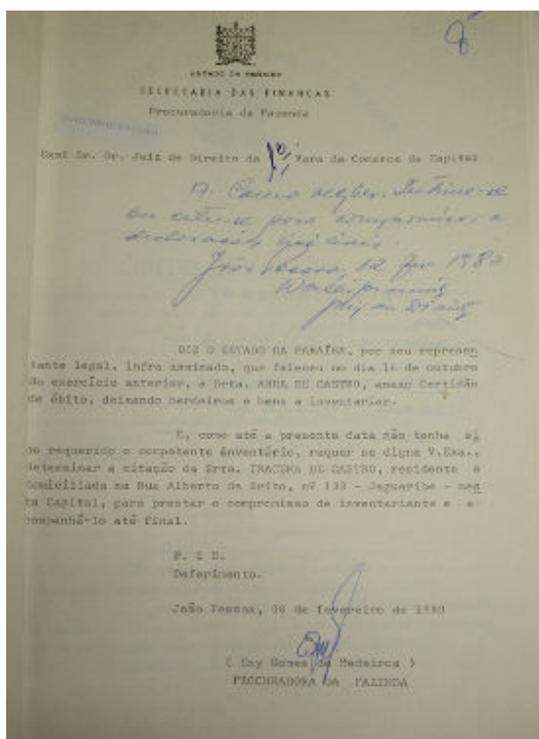
Quanto ao aspecto lingüístico, o inventário apresenta como estilo de escrita a descrição, tornando a linguagem bastante objetiva e clara, uma vez que o uso da máquina datilográfica é intenso, já existe uma “forma de se escrever” um processo de inventário, tornando-o prático.



Conforme se observa na figura acima, há agora os espaços para preencher, como assinaturas, datas e etc, o que nos diz isso é a existência no documento de linhas pontilhadas, prontas para escrever as informações mais importantes no inventário, sem delongas.

Em 1960, a sociedade paraibana estava vivenciando um período de política desenvolvimentista, tendo como base a industrialização, tal período é de transição entre as velhas indústrias e as novas indústrias, os sindicatos começam a efervescer, entretanto, em 1964, o golpe militar fez com que a sociedade parasse em seu processo de crescimento e liberdade.

Figura 04-Inventário de 1980



Fonte: Arquivo Cível

A figura 04 corresponde ao inventário da década de 1980, pode-se observar que este documento continua inteiramente escrito com a máquina datilográfica, condensando as informações e há uma separação das mesmas através de parágrafos, o cabeçalho traz o número do ofício e menciona que tipo de documento é, e a quem se dirige.

A cor da tinta é predominantemente preta, oscilando entre maiúsculas e minúsculas adequando a cada necessidade, como por exemplo, início de parágrafo e títulos.

O documento apresenta 07 folhas, das quais apenas 01 apresenta letra manuscrita, uma vez que se trata da capa do documento, e há apenas a necessidade de preencher os dados específicos, o uso da capa é algo notório porque aparece na década de 60 e permanece até os dias atuais.

O inventário apresenta apenas como aspecto de danificação a cor do papel amarelada, não outros tipos de danificação.

O inventário não apresenta cópias, e foi escrito apenas na frente da folha, o verso da mesma não foi utilizado. O uso de repetição é observado, mas bem menor com relação ao inventário de 1872, repete-se apenas termos jurídicos. Em 1980 perdura o uso da máquina datilográfica, algumas assinaturas. A autora do inventário é a Senhora Iracema de Castro, a Ré é a falecida Anna de Castro, a procuradora Eny Gomes é quem assina o inventário de oito páginas, e o objeto inventariado é uma casa e alguns bens deixados pela ré.

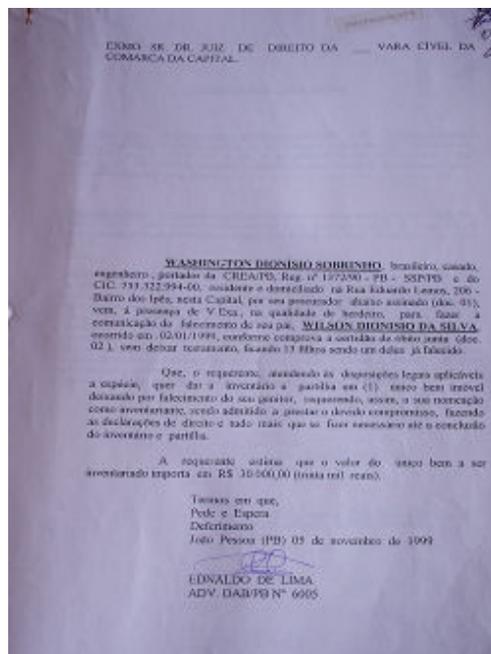
Quanto ao aspecto lingüístico, o inventário apresenta como gênero textual duas linhas, ora narrativo, ora descritivo, o corpo do texto é bastante objetivo.

Em meados de 1980 há a abertura política e a sociedade paraibana sente sua liberdade, respira o ar da democracia e do crescimento dos setores econômicos e industriais, o governo paraibano realizou algumas obras na economia como, por exemplo, a racionalização da economia algodoeira, recuperação da economia do sisal, agroindústria do álcool e a reestrutura do Porto de Cabedelo.

Na década de 1990, meados dos anos 2000, o Brasil inova-se tecnologicamente, o computador está acessível à maioria da população, a sociedade está na era digital e na era da velocidade, algo que reflete no contexto de produção dos gêneros textuais, pois antes da década de 1990, usava-se a máquina de datilografia, o que demandava mais tempo para a produção, no entanto, o corpus de 1999 evidencia essa mudança, pois o mesmo é inteiramente produzido no computador.

Foi neste cenário de revoluções sociais e tecnológicas juntamente com a necessidade de velocidade das informações que encontravam - se as sociedades das épocas descritas nos inventários.

**Figura 05-Inventário de 1999**



Fonte: Arquivo Cível

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_\_ VARA CÍVIL DA  
COMARCA DA CAPITAL.

**WASHINGTON XXXXXSOBRINHO**, brasileiro, casado,  
engenheiro, portador da CREA/PB, Reg. N° XXXXX- PB - SSP/PB e do  
CIC. XXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, 206 -  
Bairro XXXXXXXX, nesta Capital, por seu procurador abaixo assinado (doc. 01),  
Vem, à presença de V.Exa, na qualidade de herdeiro, para fazer a  
comunicação do falecimento de seu pai, **WILSON XXXXXXXX DA SILVA**,  
ocorrido em 02/01/1999, conforme comprova a certidão de óbito junta (doc.  
02), sem deixar testamento, ficando 13 filhos sendo um deles já falecido.

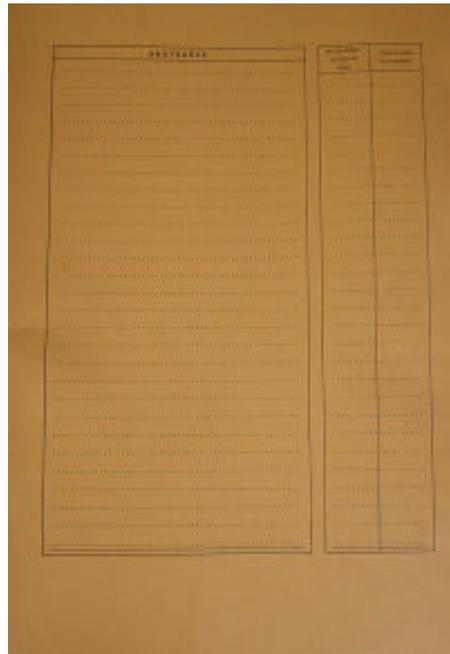
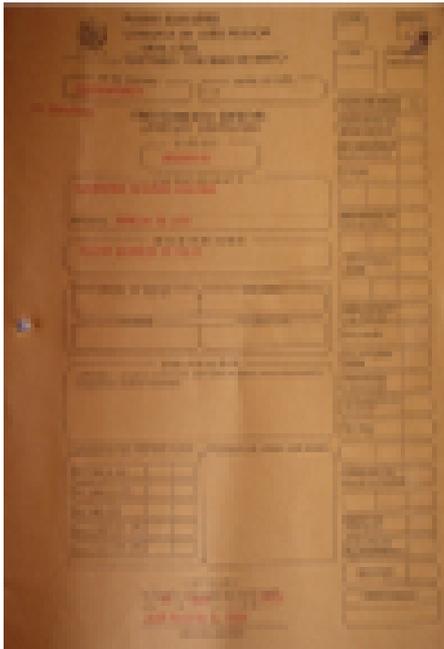
Que, o requerente, atendendo às disposições legais aplicáveis  
a espécie, quer dar a inventário e partilha um (1) único bem imóvel  
deixando por falecimento do seu genitor, requerendo, assim, a sua nomeação  
como inventariante, sendo admitido a prestar o devido compromisso, fazendo  
as declarações de direito e tudo mais que se fizer necessário até a conclusão  
do inventário e partilha.

A requerente estima que o valor do único bem a ser  
inventariado importa em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

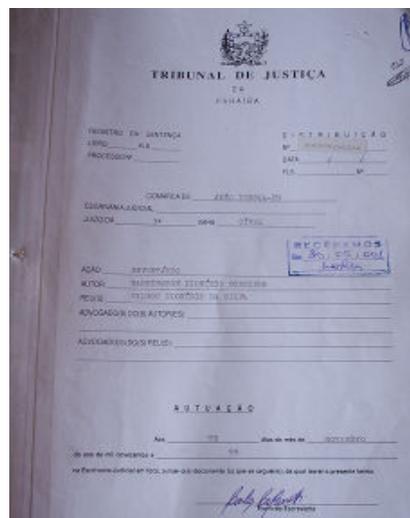
A figura 05 corresponde ao inventário de 1999, encontra-se neste documento uma mudança considerável em pouco tempo, ou seja, o uso da escrita computadorizada, as letras manuscritas são usadas apenas nas assinaturas, leva-se cerca de sessenta anos escrevendo à máquina datilográfica e em menos de vinte há uma mudança tecnológica na escrita bem como na estrutura do inventário. Há um condensamento de informações e espaços, o uso dos espaços nas laterais das folhas é respeitado, porém os mesmos diminuem para um melhor aproveitamento da folha.

A cor da tinta é predominantemente preta, oscilando entre maiúsculas e minúsculas adequando a cada necessidade, como por exemplo, início de parágrafo e títulos.

O documento apresenta 26 folhas, das quais 01 capa e 01 contracapa com coloração e espessura diferentes para diferenciá-lo do corpo do documento e há apenas a necessidade de preencher os dados específicos em pequenos quadros. Esta capa envolve o inventário. Exemplo:



As informações como autor e réu que anteriormente era a capa principal do documento, agora fica sendo a segunda folha após a capa, a permanece a palavra autuação, traço permanente desde 1960. Exemplo:

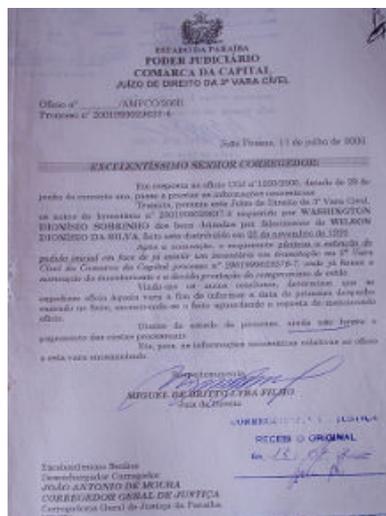


O inventário de 1999 apresenta uma estrutura inteiramente diferente dos demais. E o mais evidente é a mudança da escrita, nota-se que em 1872 era escrito à mão, então de 1930 até 1980 passamos cerca de cinquenta anos utilizando a máquina datilográfica, e, em menos de vinte anos há uma mudança tecnológica na sociedade a qual também revolucionou o campo da escrita, pois em 1999 há o uso total da informática. O computador substituiu a mão humana e a máquina datilográfica. O documento possui vinte e seis páginas, seu inventariante é o Senhor Washington Dionísio, falecido, e o inventariado é o Senhor Wilson Dionísio, e como escrivão o Senhor José Alberto. No interior desse inventario, encontrou-se certidão de casamento e certidão de óbito senhor citado acima, e outros documentos, como registros de firmas em cartórios, vistos e despachos. Alguns desses documentos não foram encontrados em inventários anteriores, e sim em 1872.

O inventário não apresenta aspecto de danificação uma vez que é datado de 1999, está armazenado em caixas mais novas em um local de fácil acesso, podendo ser manuseado com facilidade, difere dos demais inventários, que estão em caixas mais antigas, facilitando a danificação.

O uso de repetição é observado, mas bem menor com relação ao inventário de 1872, repete-se apenas termos jurídicos. Agora os inventários possuem números de processo, este inventário específico contém bastante ofícios de perguntas e respostas acerca do andamento do processo, a figura do escrevente aparece pouquíssimas vezes, apenas em alguns carimbos.

### Exemplo de resposta de ofício.





Conforme a figura acima o símbolo da justiça é observado no alto da página, e o documento inicia com a palavra *visto*, é a última folha do documento com informações acerca do processo, o qual foi julgado sem mérito pois o autor desistiu da causa.

Tratava-se de uma casa em que o filho desejava inventariar devido à morte de seu pai, há a presença da certidão de óbito deste senhor e de casamento do filho.

Apenas o símbolo da federação brasileira é utilizado

**TRAÇOS DE MUDANÇA E DE PERMANÊNCIA NAS DIMENSÕES  
ESTRUTURAIS E LINGÜÍSTICAS – 1872,1930,1960,1980,1999**

De acordo com as figuras acima e as informações acerca dos modos de escrita usados nos inventários a partir de 1872 até 1999 apresenta-se um quadro-resumo abaixo concernentes às mudanças e as permanências do gênero inventário analisado:

1ª aspecto: Modo de Escrita e Espaçamento

| 1872  | 1930  | 1960   | 1980   | 1999  |
|---|---|--|--|---|
| <p>Escrito à mão</p> <p>Respeito aos espaços nas laterais da folha.</p> <p>Traços feitos na escrita como prolongamento da letra com constituindo formas gráficas.</p> | <p>Escrita à mão e datilográfica em sua maior parte.</p> <p>Respeito aos espaços nas laterais da folha.</p> <p>Há algumas páginas escritas à mão.</p> | <p>Escrita datilográfica.</p> <p>Respeito aos espaços nas laterais da folha.</p> | <p>Escrita datilográfica.</p> <p>Respeito aos espaços nas laterais da folha.</p> | <p>Escrita completamente computadorizada.</p> <p>Respeito aos espaços nas laterais da folha</p> |

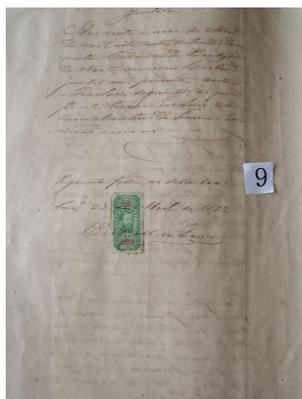
Um segundo aspecto analisado foi o uso de simbologias no cabeçalho do inventário e no interior do seu texto, os símbolos mais usados eram selos e carimbos com a face do rei, isso em 1872, já a partir de 1930 há emblemas concernentes à república brasileira, abaixo segue um quadro resumo com todo o histórico das simbologias ao longo do *corpus* analisado.

## 2ª Aspecto: Uso de Simbologias

| 1872  | 1930   | 1960   | 1980   | 1999  |
|---|--|--|--|---|
| Usam-se emblemas apenas no cabeçalho da página. | Usam-se emblemas ao longo do documento, e há a presença de carimbos. | Usam-se emblemas ao longo do documento, e há a presença de carimbos. | Usam-se emblemas e selos ao longo do documento, e há a presença de carimbos. | Usam-se emblemas apenas da federação. E carimbos ao longo do inventário |

De acordo com o quadro, observa-se que o uso de símbolos no interior dos inventários foi um traço que permaneceu até os dias atuais, entretanto, selos com a face de autoridades foi banido ao longo do curso histórico do inventário.

Exemplo de selo com a face  
Autoridade.



Algo também abordado na pesquisa foi a forma em que os autores dos inventários se dirigiam às autoridades, há em 1872 um alto grau de respeito porque há uma formalidade a ser cumprida mas em 1872 há quase que uma idolatria aos mesmos, pede-se que *Deus ilumine os caminhos dos mesmos*, observa-se abaixo as mudanças por que passaram esses direcionamentos.

### 3ª Aspecto: Direcionamento a autoridades

| 1872   | 1930   | 1960  | 1980  | 1999  |
|--|--|---|---|---|
| O<br>escrevente<br>sempre se<br>reporta ao<br>juiz de<br>forma<br>respeitosa e<br>pomposa. | O escrevente<br>sempre se<br>reporta ao juiz<br>de forma<br>respeitosa | O escrevente<br>sempre se reporta<br>ao juiz de forma<br>respeitosa | Dirige-se ao<br>juiz de forma<br>respeitosa | Dirige-se ao juiz<br>de forma<br>respeitosa |

Os quadros acima demonstraram de forma sucinta o que continuou e o que desapareceu no âmbito da estrutura interna dos inventários ao longo do tempo, observa-se que a maior mudança foi a estrutura escrita, pois de manual passou a ser datilografada e agora, computadorizada, o que também mudará a espessura do inventário. E a há uma forma bastante pomposa e polida quando se tratam do direcionamento as autoridades, em 1872 por exemplo, há um grau de adjetivos bem maior que os demais exemplares.

## 2- TRAÇOS DE MUDANÇA E DE PERMANÊNCIA NA DIMENSÃO LINGUÍSTICA-1872, 1930, 1960, 1980,1999.

Com relação aos traços de mudança e de permanência na dimensão linguística, sabe-se que a linguagem burocrática é sistemática, obedece a certos critérios que permanecem até os dias atuais, as tabelas abaixo delinearão de forma sistemática as permanências e mudanças no *corpus*.

Com relação ao tipo do texto escrito, ou seja, como o autor dispõe as informações contidas no documento, selecionaram-se os seguintes dados:

### 1ª Aspecto: Tipologia Textual ( aspecto de mudança)

| 1872   | 1930   | 1960                        | 1980  | 1999                        |
|--|--|-----------------------------|---|-----------------------------|
| O inventário apresenta elementos narrativos e descritivos. | O inventário apresenta elementos narrativos e descritivos. | O inventário é descritivos. | O inventário apresenta elementos descritivos. | O inventário é descritivos. |

Também foi observado um traço bastante recorrente, em 1872, o uso da repetição para dar ênfase às informações contidas do interior dos inventários, as repetições sempre eram feitas a cada vez que o escrevente se referia ao Juiz, ao aspecto religioso, algo que será visto posteriormente, aos objetos vendidos e seus valores, em 1930, há uma diminuição observável de palavras repetidas, de 1960 em diante, o uso dessa faceta da língua é quase que inobservável.

No quadro abaixo, estão contidas as informações de forma sistemática:

2ª Aspecto: Repetição (aspecto de permanência)

| 1872   | 1930  | 1960   | 1980   | 1999   |
|--|---|--|--|--|
| Há o uso bastante recorrente da repetição, tornando o texto denso e cansativo. | A repetição é menos observada, mas ainda permanece. | A repetição torna-se bem menor, restrita mesmo aos termos jurídicos necessários. | A repetição torna-se bem menor, restrita mesmo aos termos jurídicos necessários. | A repetição é mínima, tornando o texto mais claro. |

Relacionado à religiosidade, observou-se que a religião era bastante participativa no cotidiano da sociedade, e tudo era considerado mediante seus conceitos e dogmas, e isso refletia na forma em que foi escrito o inventário de 1872, em todo o seu corpo, foi observado este traço, inúmeras vezes o escrevente se reportou a Jesus Cristo para dar validade as informações contidas bem como relacionava tudo ao ano de nascimento de “Nosso Senhor Jesus Cristo”. Essa religiosidade já era presente em documentos do português arcaico, essa escrita com traços religiosos era reflexo do poder que a igreja mantinha sobre a sociedade.

Exemplo do *corpus* de 1872:

1872 Juízo Municipal

Cidade da Parahyba do Norte

Justificação da Assuição em D.

Belmira Frederico Beuthmuller Escrivão (ilegível)

“*Anno de Nascimento de Nosso*

*senhor Jesus Christo*” De mil oito centos setenta e dois, aos vinte...

(Grifo nosso)

### 3º Aspecto: Religiosidade (aspecto de mudança)

| 1872   | 1930  | 1960  | 1980                      | 1999                      |
|--|---|---|---------------------------|---------------------------|
| O texto é bastante religioso, sempre começando com a expressão: ano de nascimento de nosso senhor Jesus. | Não há mais uma religiosidade tão presente. | Não há mais uma religiosidade tão presente. | Não há mais religiosidade | Não há mais religiosidade |

#### Alguns aspectos fonéticos em 1872

Constatou-se um uso bastante recorrente no ano de 1872, o \*fechamento do “e” para a vogal “i”. Tratando-se de uma influência da língua africana no português. Os exemplos abaixo foram verificados apenas no inventário de 1872:

Exemplos:

pág. 22= ‘*incarregando-lhes*’

pág.05 =”Aos dois *di* A bril”

pág.13 = “trinta annos *di* idade

pág.22= “*siguidas*”

pág.26= “*si*”

- Há também a ocorrência do uso da vogal “e” em troca da vogal “i”.

Exemplos:

pág=10 “lhe foi *destribuido*.”

pág.=12 “*judiceaes*”

\*Perda do contraste vogal/ditongo, queda da semivogal.

Exemplos:

pág.12=”ante *quasquer* autoridades”

pág 72="quaes"

\*Monotongação dos ditongos crescentes átonos em posição final:

Exemplo:

pág. 34="um armaro" por um armário

\* Espiração e queda de -s ou -z ( som de -s) em final de palavra:

Exemplo:

pág 44= "De que fi este termo."

pág 82= "di"

\* Troca do "d" por "n" no final da palavra:

Exemplo:

pág. 52="Desistia e renunciano Toda s

Quadro Quantitativo em % ocorridos em 1872

| Casos para análise   | Ocorrências |
|----------------------|-------------|
| "i" em vez de "e"    | 70%         |
| "e" em vez de "i"    | 20%         |
| "Queda da semivogal" | 30%         |
| "monotongação"       | 15%         |
| "letras dobradas"    | 40%         |

## Análise de dados

### 1-Estrutura formal dos Inventários

#### 1.1-Quantidade de documentos avulsos no interior dos inventários em %

| <b>1872</b>                                      | <b>1930</b>                                      | <b>1960</b>                                      | <b>1980</b>                                      | <b>1999</b>                                      |
|--|--|--|--|--|
| <b>Tratado</b><br>20%                            | <b>Tratado</b><br>1%                             | <b>Tratado</b><br>0%                             | <b>Tratado</b><br>0%                             | <b>Tratado</b><br>0%                             |
| <b>Petição</b><br>30%                            | <b>Petição</b><br>0%                             | <b>Petição</b><br>0%                             | <b>Petição</b><br>0%                             | <b>Petição</b><br>2%                             |
| <b>Requerimento</b><br>10%                       | <b>Requerimento</b><br>0%                        | <b>Requerimento</b><br>1%                        | <b>Requerimento</b><br>1%                        | <b>Requerimento</b><br>4%                        |
| <b>Outros<br/>(certidões,<br/>vistos)</b><br>40% | <b>Outros<br/>(certidões,<br/>vistos)</b><br>99% | <b>Outros<br/>(certidões,<br/>vistos)</b><br>99% | <b>Outros<br/>(certidões,<br/>vistos)</b><br>99% | <b>Outros<br/>(certidões,<br/>vistos)</b><br>94% |

## 1-Estrutura formal dos Inventários

### 1.2 Estrutura de organização dos inventários (início, desenvolvimento e fim)

| 1872   | 1930   | 1960  | 1980  | 1999  |
|--|--|---|---|---|
| <b>Início</b><br>Abertura do processo, apresentação dos envolvidos.  | <b>Início</b><br>Abertura do processo, apresentação dos envolvidos.          | <b>Início</b><br>Abertura do processo, apresentação dos envolvidos, agora há uma capa descrita como autuação. | <b>Início</b><br>Abertura do processo, apresentação dos envolvidos, permanece o uso de uma capa descrita como autuação. | <b>Início</b><br>Abertura do processo, apresentação dos envolvidos, permanece o uso de uma capa descrita como autuação. |
| <b>Desenvolvimento</b><br>Vários outros documentos compõem o corpo do inventário, requeridos de acordo com a situação. | <b>Desenvolvimento</b><br>Relação dos herdeiros e apenas uma citação de bens | <b>Desenvolvimento</b><br>Há uma pequena controvérsia, se há herdeiros ou não.                                | <b>Desenvolvimento</b><br>Relação dos bens e valores dos mesmos.  | <b>Desenvolvimento</b><br>Relação dos bens e valores dos mesmos   |
| <b>Fim</b><br>Conclusão com a solução para o bem inventariado.   | <b>Fim</b><br>Conclusão com a solução para o bem inventariado                | <b>Fim</b><br>Conclusão com pedido de comparecimento da viúva ao cartório, não aparece solução.               | <b>Fim</b><br>Concluí-se com o requerimento de acordo entre a autora e a justiça.                                       | <b>Fim</b><br>Concluí-se com o pedido de arquivamento do processo, pois o mesmo foi julgado.                            |
| <b>Outros</b><br>Não há certidão de casamento ou óbito, apenas informações sobre tais aspectos.                        | <b>Outros</b>  | <b>Outros</b><br>Há a certidão de casamento dos envolvidos.   | <b>Outros</b>   | <b>Outros</b><br>Há a certidão de casamento dos envolvidos  |

## 2-Estrutura Textual dos Inventários

### 2.1-Como se origina o inventário, quem o faz e quais os envolvidos.

| 1872  | 1930   | 1960  | 1980   | 1999  |
|---|--|---|--|---|
| <b>Origem</b><br><br>Objetiva-se inventariar uma casa e todos os bens em seu interior.                            | <b>Origem</b><br><br>Objetiva-se inventariar bens do réu.                    | <b>Origem</b><br><br>Objetiva-se inventariar uma casa no bairro do Varjão.                          | <b>Origem</b><br><br>Objetiva-se inventariar casas e terrenos.                           | <b>Origem</b><br><br>Objetiva-se inventariar uma casa.                                      |
| <b>Quem o faz</b><br><br>O escrivão Luís Antônio Monteiro da Franca   | <b>Quem o faz</b><br><br>O escrivão Roldão Guedes Alcoforado.                | <b>Quem o faz</b><br><br>A escrivã Maria Ângela Sobreira.   | <b>Quem o faz</b><br><br>A procuradora Eny Gomes   | <b>Quem o faz</b><br><br>O escrivão José Alberto Melo e várias outras assinaturas           |
| <b>Indivíduos envolvidos</b><br><br>Réu: Paula Beuthemiller e Frederico Beuthemiller.<br><br>Autor: Daniel Rufino | <b>Indivíduos envolvidos</b><br><br>Inventariante João Balbino, e herdeiros. | <b>Indivíduos envolvidos</b><br><br>Autor: Maria das Dores Candido.<br><br>Réu: José Manoel Candido | <b>Indivíduos envolvidos</b><br><br>Autor: Iracema de Castro.<br><br>Ré: Anna de Castro. | <b>Indivíduos envolvidos</b><br><br>Autor: Washington Dionísio.<br><br>Réu: Wilsom Dionísio |
| <b>Outros</b><br><br>Outros filhos do casal Beuthemiller.   | <b>Outros</b>  | <b>Outros</b>   | <b>Outros</b>  | <b>Outros</b>   |

### 3 - Contexto de Produção

#### 3.1-Local em que os inventários foram produzidos ( cartório, fórum, cidade)

| <b>1872</b>                  | <b>1930</b>                             | <b>1960</b>                  | <b>1980</b>                  | <b>1999</b>                  |
|------------------------------|---|------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| <b>Cartório</b><br>x         | <b>Cartório</b><br>x                    | <b>Cartório</b><br>x         | <b>Cartório</b><br>x         | <b>Cartório</b><br>x         |
| <b>Fórum</b>                 | <b>Fórum</b>                            | <b>Fórum</b>                 | <b>Fórum</b>                 | <b>Fórum</b>                 |
| <b>Cidade</b><br>João Pessoa | <b>Cidade</b><br>Município de Alhandra. | <b>Cidade</b><br>João Pessoa | <b>Cidade</b><br>João Pessoa | <b>Cidade</b><br>João Pessoa |

#### 4- Aspectos da Linguagem

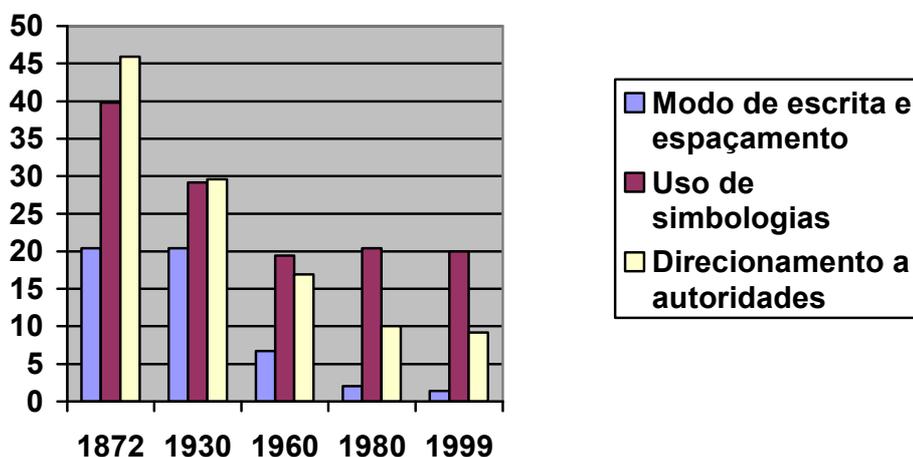
##### 4.1-Linguagem (expressões recorrentes, palavras repetidas ao longo do discurso)

| 1872  | 1930                         | 1960             | 1980             | 1999             |
|---|------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| Anno de Nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo.<br><br>Jurou através dos santos evangelhos |                              | Pede deferimento | Pede deferimento | Pede deferimento |
| Certifico   | Certifico                    | Certifico        | Certifico        | Certifico        |
| Escrivão o escrevi.   |                              |                  |                  |                  |
| .Procuração Bastante Especial   | Procuração Bastante Especial |                  |                  |                  |

A análise de dados acima demonstraram aspectos particulares dos inventários paraibanos usados para esta pesquisa, uma vez que, a intenção primária era a coleta de documentos escritos na Paraíba, o que possibilita uma posterior análise de inventários de outros estados com a finalidade de compor um *corpus* especialmente jurídico para formar a história deste gênero aqui no Brasil, já que os alguns estudos estão se voltando para a história do português no Brasil.

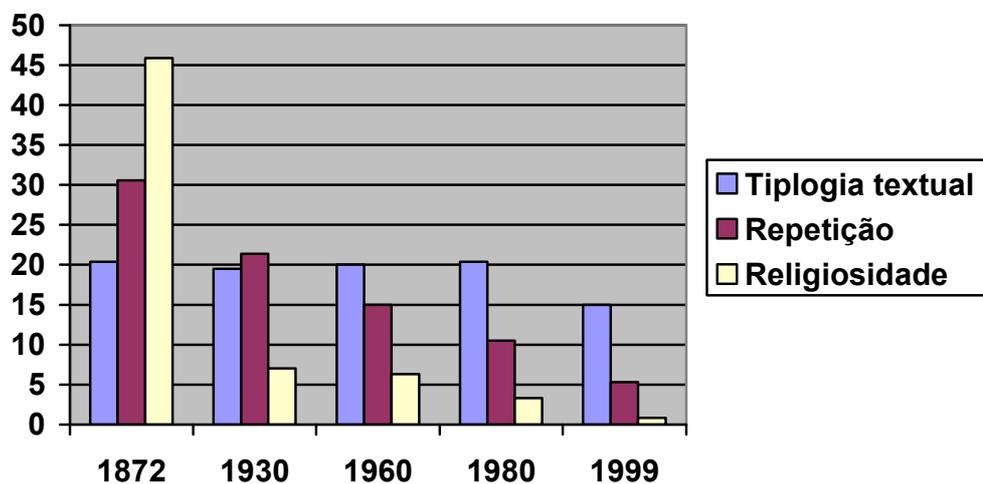
Os gráficos abaixo demonstrarão as permanências e as mudanças dentro do gênero jurídico inventário nos âmbitos estrutural e lingüístico:

### Permanências e mudanças no âmbito estrutural



Conforme exposto, o direcionamento respeitoso às autoridades é um traço que permanece desde 1872, entretanto, sofreu algumas alterações, pois não permaneceu toda aquela pompa existente em 1872, e a forma de escrita foi modificada, antes manuscrito, agora computadorizado, e o uso de símbolos ao longo dos anos permaneceu.

### Permanências e mudanças no âmbito lingüístico



Foi explicitado nesse quadro que, a religiosidade presente veementemente em anos anteriores decaiu para zero em 1999, foi um traço que mudou já um traço de permanência foi a tipologia de texto, sempre obedeceu à mesma estrutura descritiva de anteriormente.

Os quadros acima forneceram uma visualização das permanências e mudanças do gênero inventário, e de forma sumária demonstram toda análise nos âmbitos estrutural e lingüístico do *corpus* pesquisado.

## Considerações Finais

Os esporádicos conhecimentos acerca das origens das tradições discursivas foi o motivo de força maior para a realização deste trabalho, bem como a descrição de pelo menos um gênero jurídico, mais propriamente o inventário, motivou em primeiro lugar a procura de um *corpus*, editá-lo, fotografá-lo e descrevê-lo procurando se o mais fidedigno possível para se aproximar do original.

As tradições discursivas, estão intrínsecas na sociedade mais do que qualquer outro aspecto, então, porque não estudá-las através dos textos, através de gêneros, que conforme Bakhtin, os gêneros textuais estão em todos os âmbitos na vida do ser humano, desde a antiguidade que se falava de acordo com o gênero de acordo com a situação, com uma determinada finalidade a ser alcançada.

Após descrever a teoria bem como seus pensadores, foi feita uma breve conceituação de gênero textual, interpolando com as tradições discursivas fazendo sempre uma retomada do que é gênero e o que é tradição discursiva, mencionando alguns conceitos de variação lingüística para fornecer base para as mudanças do gênero estudado ou dos gêneros em geral, confirmando que a língua é um organismo vivo que muda com o passar do tempo e de acordo com a sociedade, a qual também foi abordada de forma sucinta como agente ativo na mudança dos gêneros, pois como foi delineado posteriormente a sociedade paraibana particularmente passou por mudanças políticas e sociais desde 1872, nessa época a sociedade crescia mas a educação era privilégio de poucos, e a minoria sabia ler e escrever, daí o motivo da confusão entre os sons das letras e as letras corretas a serem usadas em algumas palavras com sons semelhantes, não havia por exemplo nessa época outra forma de escrever que não fosse a escrita manual, o que tornava os textos longos e presos a muitos detalhes minuciosos dos bens que estavam sendo inventariados.

Ainda sobre a sociedade, foi exposto que em 1930 a mesma passava pelos famosos anos 30, com revoluções políticas, mudança no cenário administrativo e uma mudança que

iria marcar a escrita de documentos, a máquina datilográfica passou a ser utilizada quase que total ou parcialmente nos cartórios paraibanos, e no fim da década de 90, viria a era computacional, o que mudou em muito o estilo dos documentos, com essa nova ferramenta, seria possível desenhar gráficos, quadros com mais perfeição facilitando a visualização e assimilação das informações.

Ficou claro na pesquisa que a sociedade mudou ganhando velocidade e os gêneros também mudaram obedecendo às necessidades dessa sociedade que o usa diariamente para facilitar a comunicação o entendimento entre si.

Após isso, foi feita uma breve contextualização do inventário em si, descreveu-se a sua finalidade que segundo as lições do Professor SANTIAGO DANTAS, é o procedimento administrativo, ao longo do qual se apuram e dividem os bens da herança, depois se partilham entre os herdeiros, pagando-se ao Fisco os emolumentos que lhe forem devidos, objetivando assim perceber a finalidade do gênero, para que sua descrição seja feita com sucesso.

Na análise, foi feito de forma sumária o grau de permanências e mudanças dentro do gênero inventário, verificaram-se dois aspectos, a da dimensão estrutural e o da dimensão lingüística, o primeiro concerne às mudanças e permanências na estrutura do documento, sua disposição no papel, seu tipo de letra, sua dimensão, seus símbolos. E na dimensão lingüística observou-se a tipologia textual, como foram organizadas as informações no documento, o uso de repetições das declarações, o uso do vocativo da religiosidade, bem como as modificações sofridas pelo gênero.

Ante o exposto, verificou-se que o Inventário mesmo pertencendo ao gênero jurídico que se pode entender que não sofre alterações no decorrer das décadas, ficou claro nesta pesquisa que o gênero jurídico em especial o inventário perpassa por alterações e também possui permanências de alguns traços desde a sua origem, conforme postula a Teoria das Tradições Discursivas, ou Filologia Pragmática Alemã.

## Referências

---

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva; prefácio de José Antônio G. de Mello. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana; UFPE, Ed. Universitária, 1994.

BRANDÃO, Helena N. Texto, gêneros do discurso e ensino. In: *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica*. BRANDÃO, Helena Nagamine (org). São Paulo: Cortez. Coleção aprender e ensinar com textos; vol 5, p. 17-45, 2000.

BENTES, Ana Cristina. MUSSALIN, Fernanda. *Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos*. (org). Vol.3: São Paulo: Cortez, 2007.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Coordenador do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia e consultor da UNESCO para preservação de monumentos e sítios. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 22, 1987. p. 82.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Para a história do português brasileiro*. CASTILHO, Ataliba T. de. (org). Vol. I: Primeiras idéias São Paulo: Humanitas/FAPESP, p. 61-76, 1998.

COSERIU, Eugenio. *O homem e a sua linguagem: estudos de teoria e metodologia lingüística*. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: USP, 1982.

\_\_\_\_\_. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística*. Trad. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença/USP, 1979a.

FARACO, Carlos Alberto. *Lingüística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Ática, 1991.

FONSECA, M. C. A. P. *Constituição lingüística de cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX*. Tese de doutorado. Recife-Pe: UFPE (mimeo), 2003.

FONSECA,(org.). *Cartas oficiais da Paraíba dos Séculos XVIII e XIX*. João Pessoa: Idéia, 2005.

FONSECA. M.C.A.P. *A escrita oficial: Manuscritos Paraibanos dos séculos VXIII e XIX*. - Recife:Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE,2005.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*.São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *Interferências da oralidade na aquisição da escrita*. Trabalho de Lingüística Aplicada. Campinas (30): 31-38, Jul/Dez, 1997.

KOTSCHI, Thomas, OESTERREICHER , Wulf e ZIMMERMANN (eds). *El español hablado y la cultura oral en España e Hispanoamérica*. Frankfurt am Main: Verveurt; Madrid: Iberoamericana, 1996.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINHEIRA, José J. Sintra. *Tipologias documentais da Administração Central no Antigo Regime*. Monografia de Curso de Pós-Graduação (Especialização) em Arquivística e Documentação. Torre do Tombo, Lisboa, 1997.

MATTOS E SILVA, R.V. Idéias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In: *Para a história do português brasileiro*. CASTILHO. Ataliba. Vol. I - Primeiras idéias. São Paulo: Humanitas/Fapesp. p. 61- 76, 1998.

OESTERREICHER, Wulf. *Autonomización del texto y recontextualización. Dos problemas fundamentales de las ciencias del texto*. Mimeo, 1999.

\_\_\_\_\_. *Lo hablado en lo escrito. Reflexiones metodológicas y aproximación a una tipología*. IN: *El español hablado y la cultura oral en España e Hispanoamérica*. KOTSCHI, Thomas, OESTERREICHER, Wulf e ZIMMERMANN (eds). Frankfurt am Main: Verveurt; Madrid: Iberoamericana, 1996.

\_\_\_\_\_. *El español en textos escritos por semicultos. Competencia escrita de impronta en la historiografía indiana*. In: Actas del Simposio del Instituto Ibero-Americano de Berlín. Lüdtke, J. (comp). Frankfurt am Main: Vervuert/Madrid: Iberoamericana. p. 155-190, 1994.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso*. 2. Ed. rev. e aum. Campinas –SP: Pontes, 1987.

PINTO, Edith Pimentel. *O português popular escrito*. São Paulo: Contexto. 1990

PINTO, Irineu F. *Datas e notas para a história da Paraíba*. Vol.II. Reprodução da edição de 1916, com estudo introdutório do prof. José Pedro Nicodemos. João Pessoa: Editora Universitária, 1977.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. *História do falar e história da lingüística*. Trad. Fernando Tarallo [et al.] – Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. E. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial. Coleção Estudos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

SILVA Maria da Conceição Hélio. *A questão da mudança lingüística na perspectiva coseriana*. In: [www.prohpor.ufba.br/coseriana.doc](http://www.prohpor.ufba.br/coseriana.doc) Disponível em 10/12/2008.

STOLL, Eva. *Competencia escrita de impronta oral en la crónica soldadesca de Pedro Pizarro*. In: *El español hablado y la cultura oral en España e Hispanoamérica*. KOTSCHI, Thomas, OESTERREICHER, Wulf e ZIMMERMANN (eds.). Frankfurt am Main: Verveurt; Madrid: Iberoamericana, 1996.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Trad. de Celso Cunha. 6 ed. Portuguesa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1994.

*Sites na Internet:*

<http://www.csp-conpat.com.br>

# **Anexos**

**Inventário de 1872**

**Inventário de 1930**

**Inventário de 1960**

**Inventário de 1980**

**Inventário de 1999**

# **Inventário de 1872**

NÚMERO DA CAIXA-01  
I DOCUMENTAÇÃO  
ANOS CORRESPONDENTES:1872-1874  
AÇÃO: INVENTÁRIO  
DATA: 26/04/1872

AUTOR: DANIEL RUFINO COQUEIJO  
RÉU: FREDERICO BEUTHEMULLER

PESQUISADORA: EMANNUELLE CARNEIRO DA SILVA



Handwritten text in a cursive script, likely a letter or document. A small white label with the number "3" is placed on the left side of the page.

Handwritten text in a cursive script, likely a letter or document. A small white label with the number "4" is placed on the left side of the page.

Handwritten text in a cursive script, likely a letter or document. A small white label with the number "4" is placed on the left side of the page.

Handwritten text in a cursive script, likely a letter or document. A small white label with the number "4" is placed on the left side of the page.

IMPRIMERIE ROYALE DE BRUXELLES  
PARIS ET BRUXELLES  
Paris le 10 Mars 1811  
Monsieur le Ministre  
J'ai l'honneur de vous adresser ci-joint  
un exemplaire de l'ouvrage que vous  
m'avez honoré de me faire acheter  
par votre lettre du 27 Février dernier  
et de vous remercier de la bonté  
de votre réponse du 29 du même  
mois. Je suis persuadé que cet  
ouvrage sera utile à beaucoup de  
personnes et que vous en serez  
satisfait. Je suis, Monsieur le  
Ministre, avec toute la haute  
estime que je vous dois, votre  
très-humble et très-obéissant  
serviteur  
Charles de la Harpe

5

Paris le 10 Mars 1811  
Monsieur le Ministre  
J'ai l'honneur de vous adresser ci-joint  
un exemplaire de l'ouvrage que vous  
m'avez honoré de me faire acheter  
par votre lettre du 27 Février dernier  
et de vous remercier de la bonté  
de votre réponse du 29 du même  
mois. Je suis persuadé que cet  
ouvrage sera utile à beaucoup de  
personnes et que vous en serez  
satisfait. Je suis, Monsieur le  
Ministre, avec toute la haute  
estime que je vous dois, votre  
très-humble et très-obéissant  
serviteur  
Charles de la Harpe

5

Paris le 10 Mars 1811  
Monsieur le Ministre  
J'ai l'honneur de vous adresser ci-joint  
un exemplaire de l'ouvrage que vous  
m'avez honoré de me faire acheter  
par votre lettre du 27 Février dernier  
et de vous remercier de la bonté  
de votre réponse du 29 du même  
mois. Je suis persuadé que cet  
ouvrage sera utile à beaucoup de  
personnes et que vous en serez  
satisfait. Je suis, Monsieur le  
Ministre, avec toute la haute  
estime que je vous dois, votre  
très-humble et très-obéissant  
serviteur  
Charles de la Harpe

6

Paris le 10 Mars 1811  
Monsieur le Ministre  
J'ai l'honneur de vous adresser ci-joint  
un exemplaire de l'ouvrage que vous  
m'avez honoré de me faire acheter  
par votre lettre du 27 Février dernier  
et de vous remercier de la bonté  
de votre réponse du 29 du même  
mois. Je suis persuadé que cet  
ouvrage sera utile à beaucoup de  
personnes et que vous en serez  
satisfait. Je suis, Monsieur le  
Ministre, avec toute la haute  
estime que je vous dois, votre  
très-humble et très-obéissant  
serviteur  
Charles de la Harpe

7

Handwritten text in French, likely a letter or document, with a small white label '8' on the right side.

Handwritten text in French, including a date 'le 23 Avril 1772' and a signature, with a small white label '9' on the right side.

Handwritten text in French, including a date 'le 23 Avril 1772' and a signature, with a small white label '10' on the right side.

Handwritten text in French, including a date '1772' and a signature, with a small white label '11' on the right side.

Handwritten text in French, likely a letter or document. The text is dense and covers most of the page. A small white label with the number "12" is placed near the bottom left. There is a green rectangular stamp at the bottom center.

Handwritten text in French, likely a letter or document. The text is dense and covers most of the page. A small white label with the number "13" is placed near the bottom right. There is a green rectangular stamp at the bottom center.

Handwritten text in French, likely a letter or document. The text is dense and covers most of the page. A small white label with the number "14" is placed near the bottom left. There is a green rectangular stamp at the bottom center.

Handwritten text in French, likely a letter or document. The text is dense and covers most of the page. A small white label with the number "14" is placed near the bottom left. There is a green rectangular stamp at the bottom center.

Handwritten text in a cursive script, likely a letter or document. The text is dense and fills most of the page. A small white label with the number "15" is positioned in the lower right corner of the page.

Handwritten text in a cursive script, likely a letter or document. The text is dense and fills most of the page. A small white label with the number "16" is positioned in the lower right corner of the page.

Handwritten text in a cursive script, likely a letter or document. The text is dense and fills most of the page. A small white label with the number "17" is positioned in the lower right corner of the page.

Handwritten text in a cursive script, likely a letter or document. The text is dense and fills most of the page. A small white label with the number "18" is positioned in the lower right corner of the page.



Handwritten text in French, likely a letter or document, with a red mark in the top left corner. The text is dense and written in a cursive script. A small white box with the number 21 is visible on the right side of the page.

Handwritten text in French, likely a letter or document, with a red mark in the top left corner. The text is dense and written in a cursive script. A small white box with the number 22 is visible on the right side of the page.

Handwritten text in French, likely a letter or document, with a red mark in the top left corner. The text is dense and written in a cursive script. A small white box with the number 23 is visible on the right side of the page.

Handwritten text in French, likely a letter or document, with a red mark in the top left corner. The text is dense and written in a cursive script. A small white box with the number 24 is visible on the right side of the page.

Handwritten text on page 24, including a red stamp in the upper right corner.

24

Handwritten text on page 25, including a red stamp in the upper right corner.

25

Handwritten text on page 25, including a red stamp in the upper right corner.

25

Handwritten text on page 26, including a red stamp in the upper right corner.

26

26

*E. N. H.*



27

*Handwritten text in cursive script, including a signature and date.*

27

*Handwritten text in cursive script, including a signature and date.*

28

IMPERIO DO BRASIL  
SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIO

*Handwritten text in cursive script, including a signature and date.*



Handwritten text in cursive script, likely a letter or document. A small white box with the number "31" is placed near the top center of the page.

Handwritten text in cursive script, likely a letter or document. A small white box with the number "31" is placed near the top center of the page.

Handwritten text in cursive script, likely a letter or document. A small white box with the number "32" is placed near the top center of the page.

Handwritten text in cursive script, likely a letter or document. A small white box with the number "33" is placed near the top center of the page.

Handwritten text on page 34, featuring several paragraphs of cursive script. A small red mark is visible in the upper left margin. The page number '34' is printed in a white box on the right side.

Handwritten text on page 35, featuring several paragraphs of cursive script. The page number '35' is printed in a white box on the left side.

Handwritten text on page 36, featuring several paragraphs of cursive script. The page number '36' is printed in a white box on the right side.

Handwritten text on page 37, featuring several paragraphs of cursive script. The page number '37' is printed in a white box on the right side.

Handwritten text on page 37, including a signature and a date.

37

Handwritten text on page 38, including a signature and a date.

38

Handwritten text on page 39, including a signature and a date.

39

Handwritten text on page 40, including a signature and a date.

40



1783  
M<sup>re</sup> de la Cour de Commerce  
Paris le 15 Mars 1783  
L'Esprit  
Monsieur le Procureur  
de la Cour de Commerce  
Paris  
Je vous prie de m'envoyer  
par votre prochain courrier  
un exemplaire de votre  
ouvrage intitulé "L'Esprit  
de la Loi" que j'ai  
l'honneur de vous adresser  
ci-joint. Je vous prie  
de m'en adresser un  
autre exemplaire à  
Monsieur de la Cour de  
Commerce, à Paris.  
Je suis, Monsieur, avec  
le plus grand respect,  
votre très humble  
serviteur  
L. J. B. de la Cour de Commerce  
Paris le 15 Mars 1783

43

1783  
Monsieur le Procureur  
de la Cour de Commerce  
Paris  
Je vous prie de m'envoyer  
par votre prochain courrier  
un exemplaire de votre  
ouvrage intitulé "L'Esprit  
de la Loi" que j'ai  
l'honneur de vous adresser  
ci-joint. Je vous prie  
de m'en adresser un  
autre exemplaire à  
Monsieur de la Cour de  
Commerce, à Paris.  
Je suis, Monsieur, avec  
le plus grand respect,  
votre très humble  
serviteur  
L. J. B. de la Cour de Commerce  
Paris le 15 Mars 1783

44

1783  
Monsieur le Procureur  
de la Cour de Commerce  
Paris  
Je vous prie de m'envoyer  
par votre prochain courrier  
un exemplaire de votre  
ouvrage intitulé "L'Esprit  
de la Loi" que j'ai  
l'honneur de vous adresser  
ci-joint. Je vous prie  
de m'en adresser un  
autre exemplaire à  
Monsieur de la Cour de  
Commerce, à Paris.  
Je suis, Monsieur, avec  
le plus grand respect,  
votre très humble  
serviteur  
L. J. B. de la Cour de Commerce  
Paris le 15 Mars 1783

44

1783  
Monsieur le Procureur  
de la Cour de Commerce  
Paris  
Je vous prie de m'envoyer  
par votre prochain courrier  
un exemplaire de votre  
ouvrage intitulé "L'Esprit  
de la Loi" que j'ai  
l'honneur de vous adresser  
ci-joint. Je vous prie  
de m'en adresser un  
autre exemplaire à  
Monsieur de la Cour de  
Commerce, à Paris.  
Je suis, Monsieur, avec  
le plus grand respect,  
votre très humble  
serviteur  
L. J. B. de la Cour de Commerce  
Paris le 15 Mars 1783

45





Handwritten text on page 53, featuring dense cursive script. A small white label with the number "53" is positioned on the left side of the page.

Handwritten text on page 54, featuring dense cursive script. A small white label with the number "54" is positioned on the left side of the page.

Handwritten text on page 55, featuring dense cursive script. A small white label with the number "55" is positioned on the left side of the page.

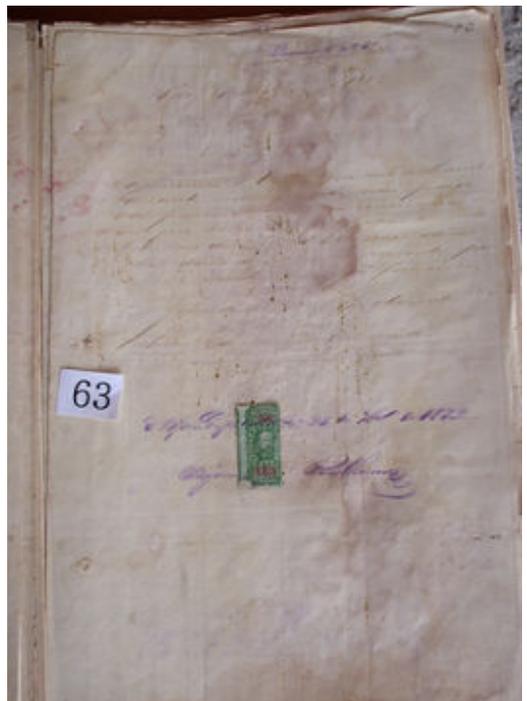
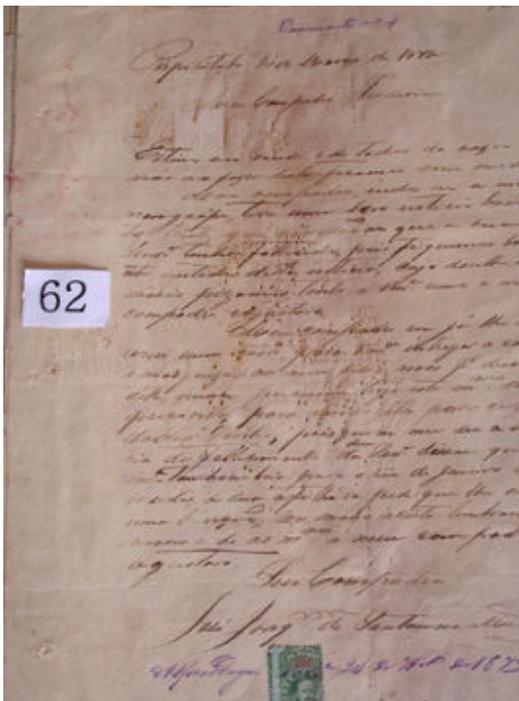
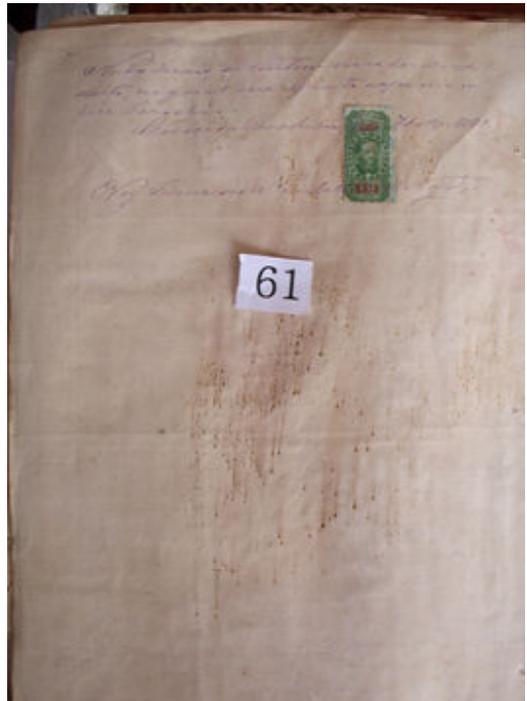
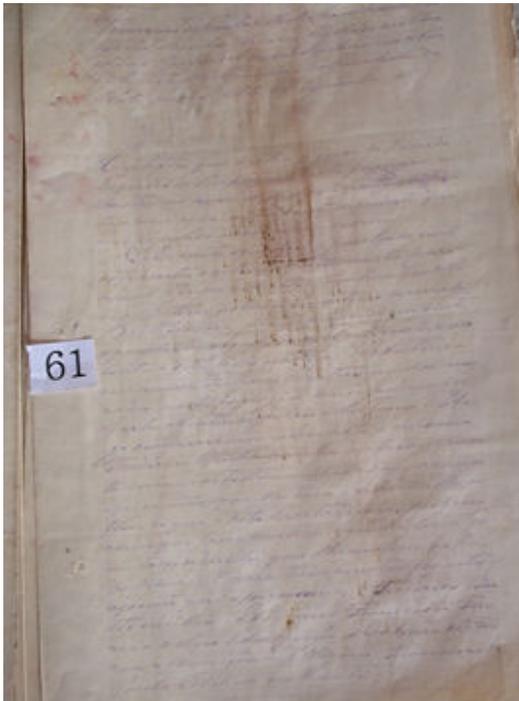
Handwritten text on page 56, featuring dense cursive script. A small white label with the number "56" is positioned on the right side of the page.

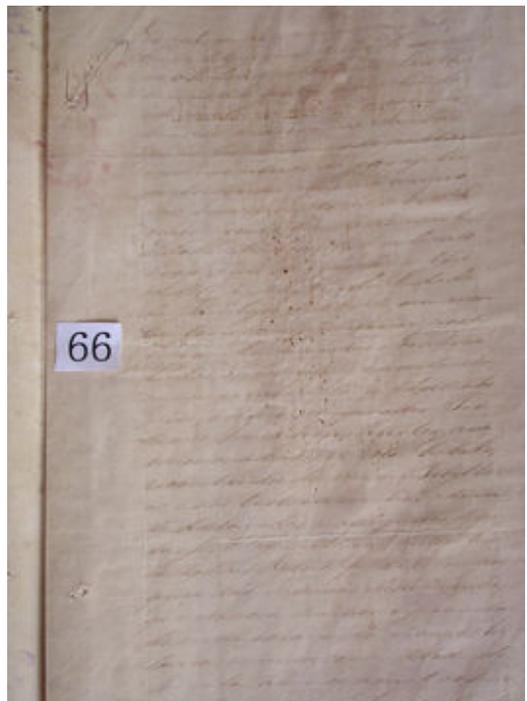
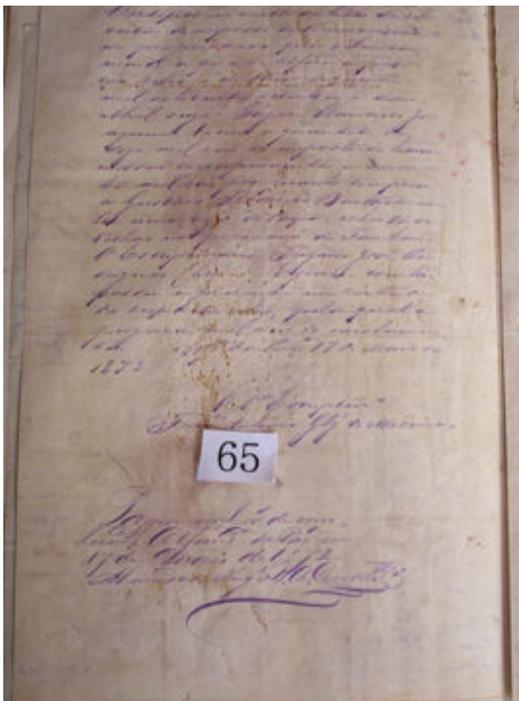
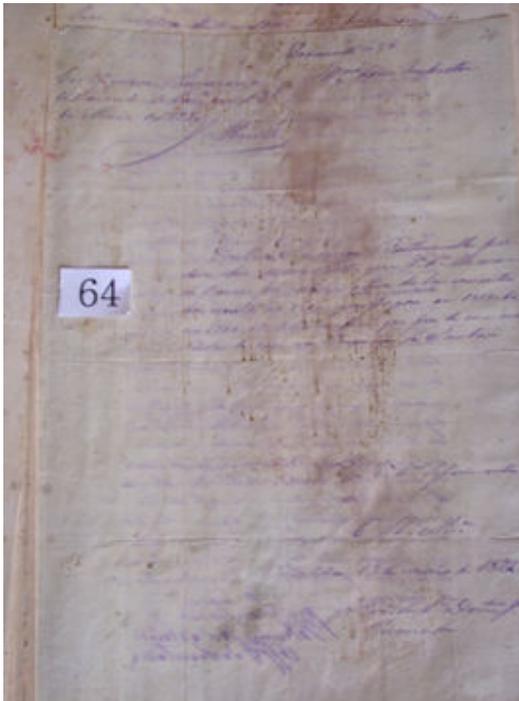
Handwritten text in a cursive script, likely a letter or document. The text is dense and fills most of the page. A small white label with the number "57" is placed on the left side of the page.

Handwritten text in a cursive script, likely a letter or document. The text is dense and fills most of the page. A small white label with the number "58" is placed on the left side of the page.

Handwritten text in a cursive script, likely a letter or document. The text is dense and fills most of the page. A small white label with the number "59" is placed on the left side of the page.

Handwritten text in a cursive script, likely a letter or document. The text is dense and fills most of the page. A small white label with the number "60" is placed on the right side of the page.





67

Faint handwritten text on aged, stained paper. The text is mostly illegible due to fading and discoloration.

68

Handwritten text on aged paper, featuring several distinct sections separated by horizontal lines. The handwriting is cursive and somewhat faded.

69

Handwritten text on aged paper, showing significant staining and discoloration. The text is mostly illegible.

70

Handwritten text on aged paper, featuring several distinct sections separated by horizontal lines. The handwriting is cursive and somewhat faded.



Handwritten text in a cursive script, likely a letter or document. A small green rectangular stamp is visible near the top center. A white label with the number "74" is placed on the left side of the page.

Handwritten text in a cursive script, continuing the document or letter. The text is dense and fills most of the page.

Handwritten text in a cursive script, continuing the document or letter. The text is dense and fills most of the page.

Handwritten text in a cursive script, continuing the document or letter. The text is dense and fills most of the page.

Handwritten text in a cursive script, likely a ledger or account book. The text is organized into several columns and rows, with some entries starting with numbers like 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50. The text is written in a dark ink on aged, slightly yellowed paper.

Handwritten text in a cursive script, likely a ledger or account book. The text is organized into several columns and rows, with some entries starting with numbers like 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50. The text is written in a dark ink on aged, slightly yellowed paper.

Handwritten text in a cursive script, likely a ledger or account book. The text is organized into several columns and rows, with some entries starting with numbers like 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50. The text is written in a dark ink on aged, slightly yellowed paper.

Handwritten text in a cursive script, likely a ledger or account book. The text is organized into several columns and rows, with some entries starting with numbers like 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50. The text is written in a dark ink on aged, slightly yellowed paper.







Handwritten text in a cursive script, likely a letter or document. The page is aged and shows signs of wear. There are two small rectangular stamps or seals, one near the top center and one near the bottom center, both appearing to be red or orange in color. The text is arranged in several paragraphs, with some lines indented.

Handwritten text in a cursive script, likely a letter or document. The page is aged and shows signs of wear. There is a small rectangular stamp or seal near the top center, appearing to be green or blue in color. The text is arranged in several paragraphs, with some lines indented.

# **Inventário de 1930**





# **Inventário de 1960**



CARTEIRO "MORTO".  
nº 0710.

15/10/1944

O DR. ARIE ODESS DE ARAÚJO, Juiz de Direito  
da 4ª Vara da Comarca do Capital do Estado  
do Paraná, em face da Lei, etc...

M A N D A a qualquer oficial de Justiça deste Juízo, o qual  
deve ser feita apresentação, logo por mim devidamente  
te analisado, que se em cumprimento intimo nesta cidade, a Sr.  
D. MARIA DOS RÊDES CÂNDIDO, residente à Rua 14 de Julho, nº 076,  
no Bairro de Fajãta desta cidade, para comparecer ao cartório -  
do 8º Ofício, no Palácio da Justiça e depositar em cartório no -  
prazo de 48 horas a importância correspondente a transmissão -  
"mortis osseae", nos autos do inventário dos bens deixados por  
falecimento de JOSÉ MARCEL CÂNDIDO, O T M P I A - D E I. - Debr -  
e passado nesta cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Pa-  
raíba, aos 18 dias do mês de Agosto do ano de 1944. Dr. José Al-  
ves de Oliveira, secretário autorizado do 8º Ofício, e diligenci-  
ou a subscrito.

*[Handwritten signature]*  
Juiz de Direito da 4ª Vara  
Luiz Gomes de Araújo.

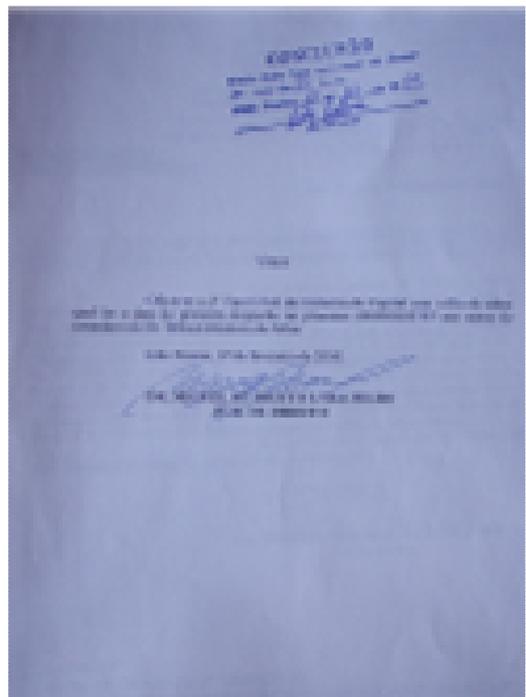
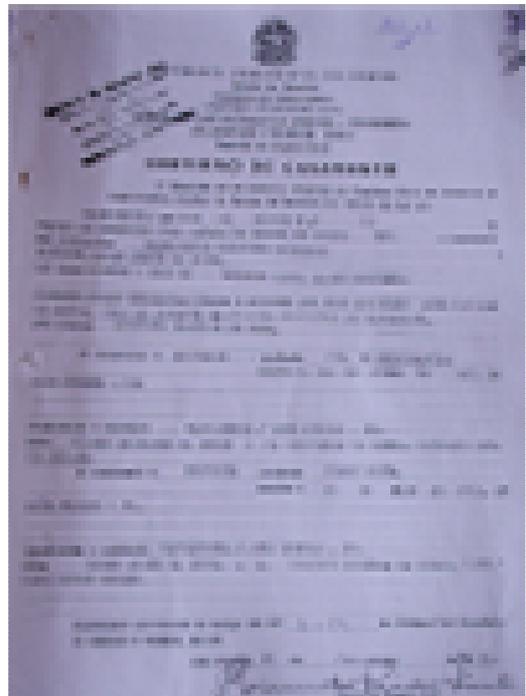
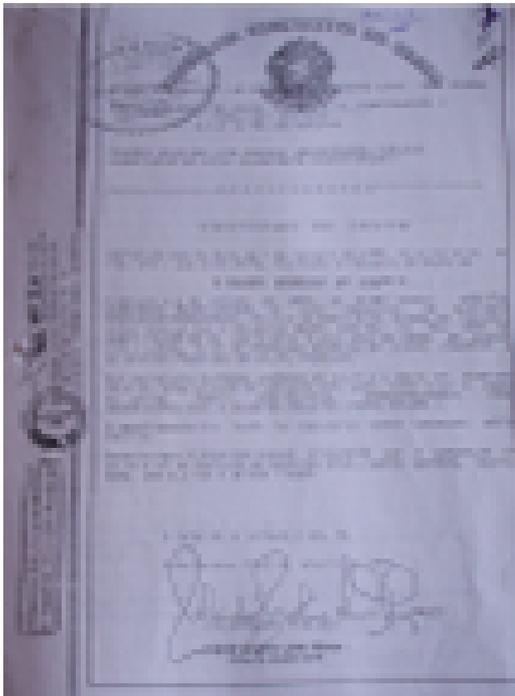
# **Inventário de 1980**

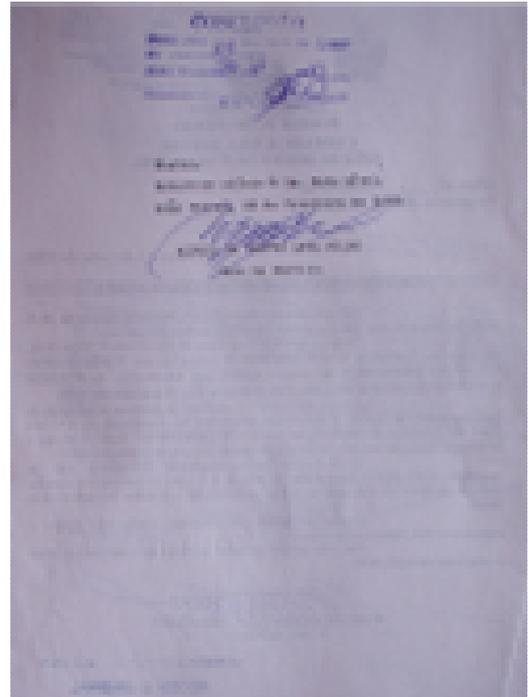
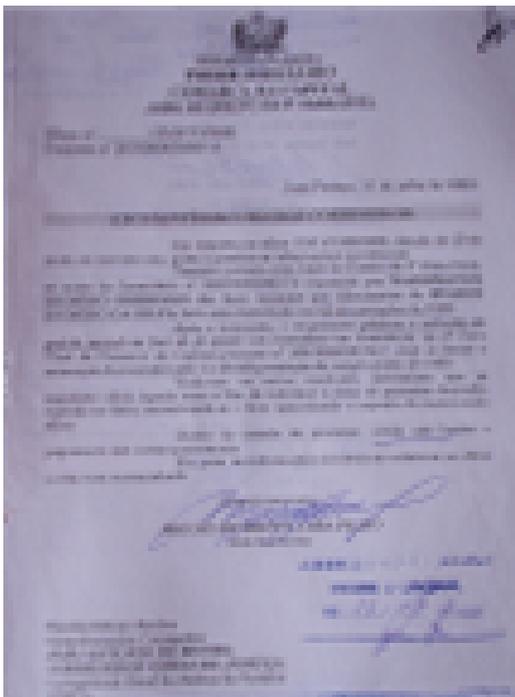
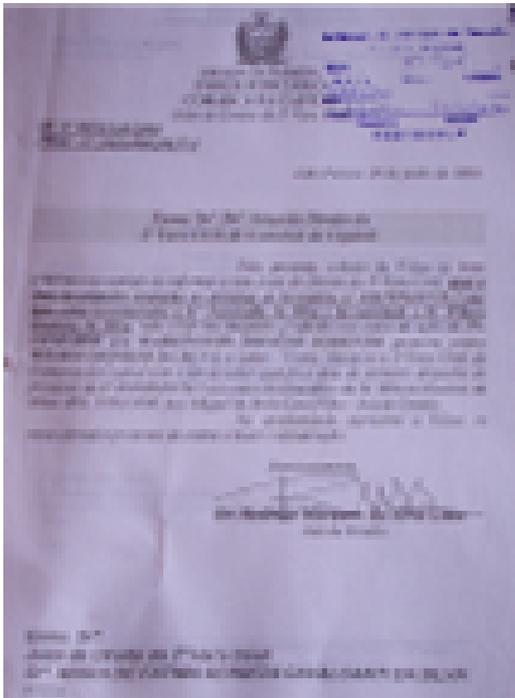


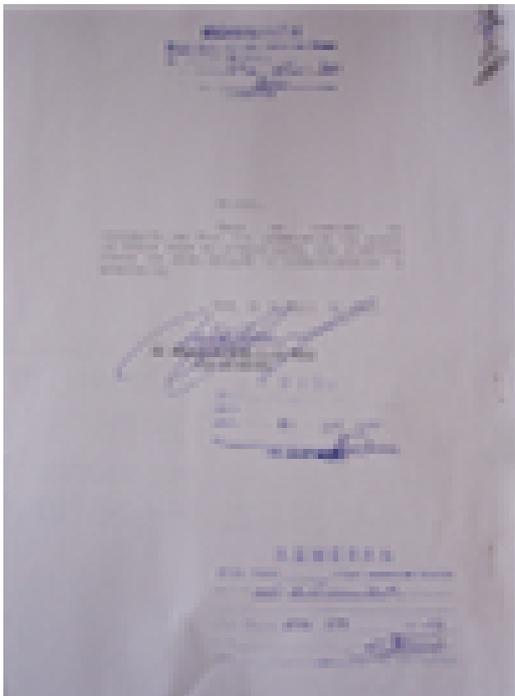


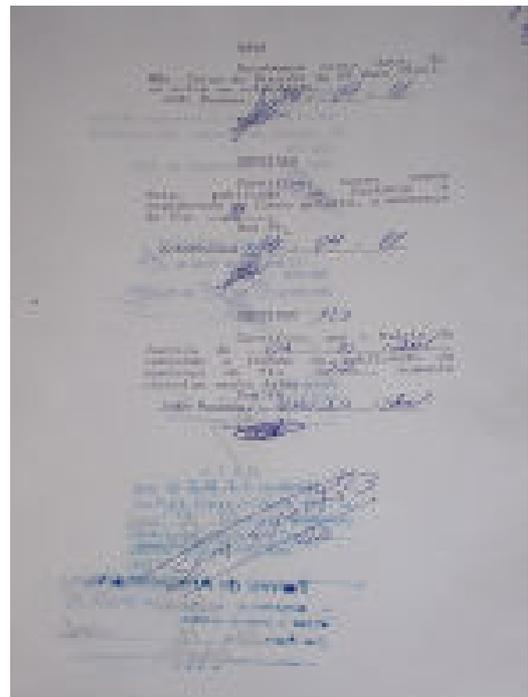
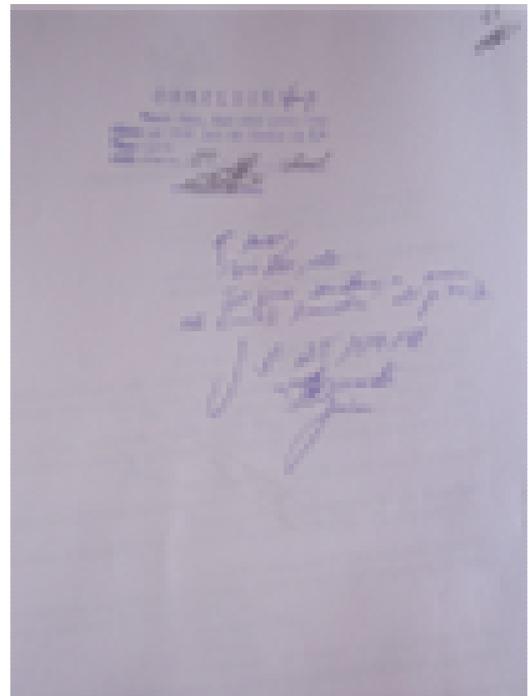
# **Inventário de 1999**













# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)